



**Conferência Estadual de Assistência Social do Estado do Paraná
16,17 e 18 de Outubro de 2013**

RELATÓRIO FINAL
Conferência Estadual de Assistência Social do Estado do Paraná

Curitiba
Outubro/2013



Carlos Alberto Richa
Governador do Estado do Paraná

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

Letícia Raymundo
Diretora Geral

Inês Roseli Soares Tonello
Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social

Leandro Nunes Meller
Assessor Técnico

Helena Navarro Gimenez
Secretária Executiva do Conselho Estadual de Assistência Social

Comissão Organizadora da Conferência:

Atáise de Lima Vilas Boas Maronese
Elenice Malzoni
Larissa Marsolik Tissot
Leandro Nunes Meller
Maria Auxiliadora Marçal de Lima
Plínio Marcondes Madureira

Equipe de Apoio:

Godofredo Neto
Marcia Mazzarotto
Maria Sirlei Nedochetko
Pedro Braga Carneiro
Renata dos Santos
Rosane Maciel



RELATÓRIO FINAL DA X CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ

1. DADOS GERAIS:

a) Relatório da Conferência Estadual:

Relatório da X Conferência Estadual de Assistência Social do Estado do Paraná

b) Data de realização:

16,17 e 18 de outubro de 2013

c) Local de realização:

Centro de Convenções de Curitiba

R. Barão do Rio Branco, 370 – Centro. Curitiba - PR, CEP.: 80010-180

d) Número total de participantes:

601 participantes

e) Número de participantes por representação:

Representantes da sociedade civil	Representantes Governamentais	Outros*
233	233	85 observadores/50 convidados

*Outros: Observadores e Convidados.

g) Total de municípios que realizaram as Conferências Municipais de Assistência Social:

Região	Total municípios	Realizaram a Conferência	Não realizaram a Conferência	Total de participantes das Conferências Municipais
Apucarana	13	Apucarana	0	272
		Arapongas		104
		Bom Sucesso		30
		Califórnia		78
		Cambira		70
		Jandaia do Sul		164
		Kaloré		81
		Marilândia do Sul		54
		Marumbi		32
		Mauá da Serra		56
		Novo Itacolomi		42
		Rio Bom		67
		Sabáudia		61
Campo Mourão	24	Altamira do Paraná	0	97
		Araruna		56
		Barbosa Ferraz		85
		Boa Esperança		61

		Campina da Lagoa		79
		Campo Mourão		104
		Corumbataí do Sul		89
		Engenheiro Beltrão		98
		Farol		73
		Fênix		133
		Goioerê		67
		Iretama		166
		Janiópolis		127
		Juranda		108
		Luiziana		74
		Mamborê		168
		Moreira Sales		58
		Nova Cantu		104
		Peabiru		46
		Quarto Centenário		95
		Quinta do Sol		52
		Rancho Alegre Do Oeste		36
		Roncador		220
		Ubiratã		125
Cascavel	19	Anahy	0	103

		Boa Vista da Aparecida		100
		Braganey		150
		Cafelândia		149
		Campo Bonito		80
		Capitão Leônidas Marques		166
		Cascavel		178
		Catanduvas		89
		Céu Azul		101
		Corbélia		101
		Ibema		220
		Iguatu		87
		Lindoeste		85
		Matelândia		237
		Nova Aurora		127
		Santa Lúcia		72
		Santa Tereza do Oeste		74
		Três Barras do Paraná		56
		Vera Cruz do Oeste		103
Cianorte	12	Cianorte	0	106
		Cidade Gaúcha		107
		Guaporema		67

		Indianópolis		43
		Japurá		65
		Jussara		61
		Rondon		62
		São Manoel do Paraná		60
		São Tomé		71
		Tapejara		81
		Terra Boa		149
		Tuneiras do Oeste		94
Cornélio Procópio	22	Abatiá	0	62
		Andirá		115
		Bandeirantes		91
		Congonhinhas		168
		Cornélio Procópio		114
		Itambaracá		52
		Jataizinho		51
		Leópolis		120
		Nova América da Colina		84
		Nova Fátima		111
		Nova Santa Bárbara		42
		Rancho Alegre		53

		Ribeirão do Pinhal		127
		Santa Amélia		75
		Santa Cecília do Pavão		75
		Santa Mariana		61
		Santo Antônio do Paraíso		99
		São Jerônimo da Serra		92
		São Sebastião da Amoreira		63
		Sapopema		56
		Sertaneja		96
		Uraí		79
Curitiba	29	Adrianópolis	0	78
		Agudos do Sul		29
		Almirante Tamandaré		113
		Araucária		160
		Balsa Nova		74
		Bocaiúva do Sul		120
		Campina Grande do Sul		89
		Campo do Tenente		38
		Campo Largo		119
		Campo Magro		135
		Cerro Azul		96

		Colombo		214
		Contenda		126
		Curitiba		455
		Doutor Ulysses		56
		Fazenda Rio Grande		64
		Itaperuçu		61
		Lapa		90
		Mandirituba		201
		Piên		64
		Pinhais		109
		Piraquara		162
		Quatro Barras		137
		Quitandinha		50
		Rio Branco do Sul		50
		Rio Negro		112
		São José dos Pinhais		139
		Tijucas do Sul		56
		Tunas do Paraná		28
Foz do Iguaçu	14	Diamante do Oeste	0	133
		Entre Rios do Oeste		40
		Foz do Iguaçu		214

		Itaipulândia		78
		Marechal Cândido Rondon		80
		Medianeira		96
		Missal		122
		Pato Bragado		62
		Ramilândia		157
		Santa Helena		185
		Santa Terezinha do Itaipu		92
		São José das Palmeiras		70
		São Miguel do Iguaçu		159
		Serranópolis do Iguaçu		81
Francisco Beltrão	27	Ampére	0	91
		Barracão		66
		Bela Vista da Caroba		60
		Boa Esperança do Iguaçu		164
		Bom Jesus do Sul		103
		Capanema		75
		Cruzeiro do Iguaçu		72
		Dois Vizinhos		182
		Enéas Marques		37
		Flor da Serra do Sul		120

		Francisco Beltrão		152
		Manfrinópolis		94
		Marmeleiro		127
		Nova Esperança do Sudoeste		85
		Nova Prata do Iguaçu		189
		Pérola d'Oeste		106
		Pinhal de São Bento		69
		Planalto		107
		Pranchita		81
		Realeza		132
		Renascença		62
		Salgado Filho		96
		Salto do Lontra		53
		Santa Izabel do Oeste		91
		Santo Antônio do Sudoeste		76
		São Jorge d'Oeste		24
		Verê		29
Guarapuava	10	Campina do Simão	0	92
		Candói		102
		Cantagalo		102
		Foz do Jordão		105

		Goioxim		108
		Guarapuava		153
		Pinhão		114
		Prudentópolis		280
		Reserva do Iguaçu		75
		Turvo		89
Irati	9	Fernandes Pinheiro	0	52
		Guamiranga		42
		Imbituva		75
		Inácio Martins		34
		Irati		115
		Mallet		96
		Rebouças		102
		Rio Azul		74
		Teixeira Soares		106
Ivaiporã	15	Arapuã	0	79
		Ariranha do Ivaí		73
		Borrazópolis		42
		Cruzmaltina		74
		Faxinal		127
		Godoy Moreira		74

		Grandes Rios		70
		Ivaiporã		148
		Jardim Alegre		74
		Lidianópolis		74
		Lunardelli		119
		Rio Branco do Ivaí		26
		Rosário do Ivaí		105
		São João do Ivaí		66
		São Pedro do Ivaí		89
Jacarezinho	23	Barra do Jacaré	0	71
		Cambará		130
		Carlópolis		82
		Conselheiro Mairinck		42
		Curiúva		58
		Figueira		65
		Guapirama		66
		Ibaiti		121
		Jaboti		142
		Jacarezinho		89
		Japira		117
		Joaquim Távora		49

		Jundiá do Sul		200
		Pinhalão		93
		Quatiguá		23
		Ribeirão Claro		75
		Salto do Itararé		35
		Santana do Itararé		42
		Santo Antônio da Platina		122
		São José da Boa Vista		113
		Siqueira Campos		89
		Tomazina		45
		Wenceslau Braz		131
Laranjeiras do Sul	10	Diamante do Sul	0	130
		Espigão Alto do Iguaçu		305
		Guaraniaçu		75
		Laranjeiras do Sul		187
		Marquinho		58
		Nova Laranjeiras		85
		Porto Barreiro		82
		Quedas do Iguaçu		63
		Rio Bonito do Iguaçu		83
		Virmond		38

Londrina	20	Alvorada do Sul	0	74
		Assaí		71
		Bela Vista do Paraíso		96
		Cafeara		67
		Cambé		156
		Centenário do Sul		106
		Florestópolis		65
		Guaraci		53
		Ibiporã		201
		Jaguapitã		106
		Londrina		449
		Lupionópolis		38
		Miraselva		53
		Pitangueiras		93
		Porecatu		116
		Prado Ferreira		47
		Primeiro de Maio		54
		Rolândia		55
		Sertanópolis		26
		Tamarana		81
Maringá	29	Ângulo	0	51

	Astorga	92
	Atalaia	72
	Colorado	158
	Doutor Camargo	30
	Floraí	49
	Floresta	70
	Flórida	63
	Iguaraçu	97
	Itaguajé	105
	Itambé	51
	Ivatuba	93
	Lobato	135
	Mandaguaçu	84
	Mandaguari	177
	Marialva	141
	Maringá	367
	Munhoz de Melo	183
	Nossa Senhora das Graças	148
	Nova Esperança	227
	Ourizona	98
	Paiçandu	294

		Presidente Castelo Branco		74
		Santa Fé		69
		Santa Inês		72
		Santo Inácio		71
		São Jorge do Ivaí		89
		Sarandi		79
		Uniflor		50
Paranaguá	7	Antonina	0	45
		Guaraqueçaba		34
		Guaratuba		54
		Matinhos		93
		Morretes		185
		Paranaguá		84
		Pontal do Paraná		110
Paranavaí	29	Alto Paraná	0	179
		Amaporã		55
		Cruzeiro do Sul		135
		Diamante do Norte		25
		Guairaçá		87
		Inajá		75
		Itaúna do Sul		56

	Jardim Olinda	219
	Loanda	55
	Marilena	65
	Mirador	56
	Nova Aliança do Ivaí	96
	Nova Londrina	40
	Paraíso do Norte	130
	Paranacity	101
	Paranapoema	92
	Paranavaí	241
	Planaltina do Paraná	136
	Porto Rico	34
	Querência do Norte	51
	Santa Cruz de Monte Castelo	72
	Santa Isabel do Ivaí	93
	Santa Mônica	110
	Santo Antônio do Caiuá	45
	São Carlos do Ivaí	103
	São João do Caiuá	40
	São Pedro do Paraná	45
	Tamboara	59

		Terra Rica		74
Pato Branco	15	Bom Sucesso do Sul	0	108
		Chopinzinho		75
		Clevelândia		78
		Coronel Domingos Soares		84
		Coronel Vivida		93
		Honório Serpa		77
		Itapejara d'Oeste		66
		Mangueirinha		36
		Mariópolis		41
		Palmas		69
		Pato Branco		150
		São João		48
		Saudade do Iguaçu		78
		Sulina		88
		Vitorino		55
Pitanga	9	Boa Ventura de São Roque	0	30
		Cândido de Abreu		88
		Laranjal		88
		Mato Rico		129
		Novas Tebas		134

		Manuel Ribas		208
		Palmital		85
		Pitanga		182
		Santa Maria do Oeste		60
Ponta Grossa	18	Arapoti	0	128
		Carambeí		148
		Castro		184
		Imbaú		64
		Ipiranga		118
		Ivaí		68
		Jaguariaíva		139
		Ortigueira		111
		Palmeira		91
		Piraí do Sul		83
		Ponta Grossa		254
		Porto Amazonas		63
		Reserva		235
		São João do Triunfo		117
		Sengés		70
		Telêmaco Borba		113
		Tibagi		76

		Ventania		84
Toledo	15	Assis Chateaubriand	0	59
		Formosa do Oeste		67
		Guaíra		77
		Iracema do Oeste		71
		Jesuítas		67
		Maripá		42
		Mercedes		55
		Nova Santa Rosa		90
		Ouro Verde do Oeste		60
		Palotina		254
		Quatro Pontes		74
		São Pedro do Iguaçu		36
		Terra Roxa		70
		Toledo		369
		Tupãssi		60
Umuarama	21	Alto Paraíso	0	93
		Alto Piquiri		86
		Altônia		76
		Brasilândia do Sul		82
		Cafezal do Sul		62

		Cruzeiro do Oeste		90
		Douradina		44
		Esperança Nova		83
		Francisco Alves		49
		Icaraíma		73
		Iporã		117
		Ivaté		57
		Maria Helena		131
		Mariluz		143
		Nova Olímpia		61
		Perobal		110
		Pérola		72
		São Jorge do Patrocínio		93
		Tapira		61
		Umuarama		263
		Xambrê		44
União da Vitória	9	Antônio Olinto	0	77
		Bituruna		68
		Cruz Machado		110
		General Carneiro		70
		Paula Freitas		63

		Paulo Frontin	84
		Porto Vitória	87
		São Mateus do Sul	123
		União da Vitória	76
TOTAL DE MUNICÍPIOS QUE REALIZARAM A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO PARANÁ: 399 = 100%			
TOTAL DE PARTICIPANTES DAS 399 CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARANÁ: 37.602			

2. Síntese do Processo de Mobilização das Conferências de Assistência Social realizadas pelo Estado do Paraná:

2.1 Reunião Ampliada e Descentralizada do CEAS/PR:

Pauta: Conferências de Assistência Social no ano de 2013.

Data: 11 de julho de 2013.

Local: Auditório da Unipar, Cascavel – PR.

Total de participantes: 158.

2.2 Conferências Regionais de Assistência Social:

Região	Data	Nº. de Participantes
Apucarana	20/09/13	95
Campo Mourão	11/09/13	104
Cascavel	11/09/13	93
Cianorte	27/08/13	71
Cornélio Procopio	27/08/13	61
Curitiba	18/09/13	242

Francisco Beltrão	10/09/13	135
Foz do Iguaçu	05/09/13	115
Guarapuava	02/09/13	68
Irati	28/08/13	103
Ivaiporã	05/09/13	109
Jacarezinho	27/08/13	95
Laranjeiras do Sul	03/09/13	78
Londrina	17/09/13	104
Maringá	09/09/13	110
Paranavaí	26/09/13	116
Paranaguá	23/08/13	65
Pato Branco	09/09/13	85
Pitanga	04/09/13	84
Ponta Grossa	22/08/13	97
Toledo	05/09/13	77
Umuarama	04/09/13	109
União da Vitória	04/09/13	77

3. Programação da X Conferência Estadual de Assistência Social:

Data: 16/10/2013

Data: 16/10/2013	
Horário	Atividade

14h00 as 18h00	Credenciamento e distribuição do material
18h00 as 19h00	Recepção/coffee break
19h00	Abertura
19h40 as 20h40	Leitura e Aprovação do Regimento Interno

Data: 17/10/2013

Horário	Atividade
08h00	Abertura
08h30 as 10h00	Panorama do SUAS e Palestra Magna
10h00 as 10h30	Debate
10h30 horas	Intervalo/Coffee break
10h45 as 12h00 M	Mesa Redonda - Avanços e Desafios da Política de Assistência Social para o próximo biênio.
12h00 as 12h30	Debate
12h30	Almoço
13h30	Trabalhos em grupos

Data: 18/10/2013

Horário	Atividade
09h00 as 12h00	Plenária final para referendo das recomendações, propostas e moções.



12h00	Almoço
13h30	Referendo dos delegados para a IX Conferência Nacional de Assistência Social
15h00	Encerramento/Coffee break

4. Palestrantes da X Conferência Estadual de Assistência Social:

A X Conferência foi marcada pela presença da Palestrante Abigail Torres que conduziu a palestra magna, cujo tema foi A Gestão e o Financiamento na Efetivação do SUAS, em seguida, constou-se com a participação da palestrante Lúcia Cortez e Elenice Malzoni que elucidaram sobre os avanços e desafios da política de assistência social para o próximo biênio. Abaixo, a transcrição, na íntegra, de cada palestra realizada.

4.1 Palestra Magna: A Gestão e o Financiamento da Efetivação do SUAS (Abigail Torres):

“Querida em primeiro lugar agradecer ao convite do Conselho Estadual para fazer esse diálogo sobre a temática da nossa Conferência Nacional esse ano que é a discussão da gestão e o financiamento do Sistema Único de Assistência Social.

Querida dizer que essa discussão é fruto de uma decisão do Conselho Nacional e que nós estamos premidos por um momento de pensarmos a gestão do sistema após 8 anos de gestão do SUAS no Brasil, mas para nós, pensar a gestão do SUAS eu estou premiada e mobilizada.

Eu estava fazendo uma palavra introdutória só pra gente pensar que fazer a discussão da gestão e do financiamento no Sistema Único de Assistência Social me parece fundamental considerar a finalidade dessa discussão sob pena de nós nos atermos a gestão somente sobre seus processos e ficarmos na abstração do que é gestão, as relações intergovernamentais, os procedimentos burocráticos, as regras para financiamento, e perdemos o link de para que discutirmos gestão? Para que temos o SUAS? Para que discutimos regras de financiamento?

Então, no esforço de a gente pensar gestão, não tanto pelos seus procedimentos, mas pela sua finalidade. É esse o mote, o objeto do meu diálogo. Está certo?

E aí eu queria dizer que também precisamos resgatar talvez o que são esses espaços de conferência. Nós estamos na 10ª Conferência, no âmbito Nacional, Estadual, um ou outro município com número menor ou até superior, mas nós temos então 20 anos de discussão em conferência.

E isso fez com que vários de nós que participa da política desde então, fez com que nós nos adaptássemos a um certo ritual: aprovação de regimento, discussão dos grupos, estratégias deliberativas, mas por vezes nos parece que nós também estamos perdendo qual é a essência de controle social. Qual é a finalidade de estarmos reunidos avaliando, pensando uma política, e propondo mudanças para ela.

Então nós temos um desafio muito importante de pensar de fato que nós só fazemos controle de uma política pública, quando as pessoas que são atendidas nessa política pública, são partes do controle dela. Nós só controlamos um serviço quando nós o usamos efetivamente, quem presta o serviço, quem trabalha nele tem um jeito de olhar, uma perspectiva de olhar que é de onde lidamos com o serviço. Com o campo de informação que temos, mas não de quem recebe essa atenção. Quem recebe essa atenção tem outra perspectiva, outra demanda, outra forma de olhar e de controlar, outra expectativa, outro desejo em relação ao serviço.

Então acho que nós estamos há anos reconhecendo a necessidade de participação dos usuários, mas nós estamos lidando com essa participação como se fosse um evento. Na política de assistência social participação não é evento, participação é processo. Participação é cotidiano, participação tem que ser método, tem que ser objetivo, tem que ser resultado esperado do trabalho. Por quê? Por que essa é uma

diretriz constitucional nessa política.

Então me parece fundamental discutir, quando estamos discutindo gestão, como temos ocupado os espaços de conferência, mas mais ainda, como temos criado espaços de participação nos serviços entre uma e outra conferência. Sob pena de a cada dois anos se constituir um evento que é agradável.

Que é agradável a gente se rever, que é agradável passarmos um dia em um espaço de discussão. Tem várias questões de nos reunirmos que nos torna, que torna esse momento prazeroso para nós. Até por que nós trabalhamos com pessoas, então nós por essência nós temos prazer em ver as pessoas reunidas e convivendo. Isso é uma característica nossa nessa política pública, então estarmos juntos nos parece uma coisa positiva e boa. Todavia precisamos pensar o que temos alcançado de resultado.

Então acho que também tem o momento de repensarmos a conferências, repensarmos as conferências como espaço de controle, que de fato elas são, pensarmos nas estratégias que temos adotados pra fazer isso. Pensarmos nas conferências como um espaço de avaliação. De avaliarmos o que temos feito e podemos fazer pra melhorar o sistema. Mas essencialmente pensarmos as conferências como um espaço de esperança. Em que podemos partilhar coletivamente direções para o sistema.

Então é com esse espírito, de pensarmos a conferência de fato como um espaço de controle que eu quero discutir a gestão pensando alguns desafios que a consolidação nacional do SUAS nos coloca.

Eu não tenho elementos, salvo elementos do Senso SUAS, mas por opção não quis trazê-los, por que os elementos do Senso requerem uma análise que a própria gestão é que vai fazer, ao fazer seu balanço, sua apresentação. Eu achei inadequado um agente externo fazer a avaliação de um estado em que eu não conheço as relações e os processos de trabalho.

Mas eu tenho um trânsito e uma possibilidade de analisar o que pensamos no sistema, suas diretrizes no campo nacional. E a partir dessa leitura do campo nacional, até por atuar como consultora no Governo Federal, no Conselho Nacional de Assistência Social em alguns momentos, no MDS e na Secretaria Especial de Direitos Humanos, é a partir dessa minha inserção no âmbito federal que eu quero trazer alguns elementos que eu acho desafiantes no SUAS.

E aí eu queria dizer primeiro uma questão que assim, quando nós estamos falando de gestão no SUAS, nós estamos falando obrigatoriamente de gestão democrática. Parece uma contradição em termos, é obrigado ser democrático, parece uma imposição.

Mas na verdade todo governante, todo agente público no Brasil que assume responsabilidades públicas, as assume sobre o ordenamento legal. E o nosso ordenamento legal diz que as nossas políticas, que o nosso estado é democrático. Que as nossas políticas terão duas diretrizes centrais, a descentralização e a participação.

Por tanto a gente pensar a gente pensar em gestão democrática é a gente pensar em processos mais participativos dentro da gestão.

O que significa dizer não discursarmos sobre gestão democrática, significa dizer praticarmos democracia no cotidiano. Por que os nossos discursos eles são muito similares, a gente fala de coisas gente, todo mundo fala as mesmas coisas de direito, de participação, da importância do usuário. E aí no cotidiano é que a gente vai percebendo as distinções das nossas práticas.

Desafio a operarmos o que o educador Paulo Freire dizia, de atuarmos de um modo, que chegará um tempo que o nosso discurso e a nossa

prática se confundem. Nós não precisamos dizer o que pensamos. As pessoas apuram o que pensamos no modo que operamos. Então alguns elementos nos permite avaliar se uma gestão é democrática ou não. Nós temos alguns indicadores pra isso. O primeiro indicador que é importante a gente considerar é que um gestor democrático ele não toma decisões por que ele está ocupando um espaço de decisão. Ele toma decisões baseado em argumentos. Ele justifica, ele esclarece, ele explica, ele detalha por que ele está tomando determinada decisão. Está assentada numa racionalidade e ele tem capacidade de comunicar essa decisão.

Um gestor democrático ele estimula a organização e a mobilização, ele não tem medo que as pessoas se mobilizem. Por que ele sabe que quanto mais mobilizadas essas pessoas estão, tanto mais informação ele terá sobre como as pessoas pensam e o que elas desejam. Um gestor democrático promove a circulação de informações. Nós temos problemas no sistema hoje. As informações estão concentradas em algumas pessoas, outros inclusive são responsáveis por tomar decisões como os conselhos, mas não tem a totalidade da informação para fazê-lo.

Então nós temos problemas, se nós estamos falando de uma democracia e a informação não circula para todas as pessoas que compõe essa política pública. Um gestor democrático ele facilita processos, ele não concentra decisão. Se há outros espaços em que decisões são tomadas ele as legitima, ele a acata e segue. Está certo?

A outra coisa é que o gestor democrático ele fomenta que outras pessoas se manifestem, ele diz eu quero ouvir o que as pessoas querem que seja feito. Para a partir disso eu partir pra um plano, eu decidir o que vai ser feito, tá certo? Então essas questões precisamos orientar.

A outra questão que eu acho que precisa nos orientar, é quando estamos falando de assistência social, nós não estamos falando exclusivamente de transferência de renda a política de assistência social lida com uma gama de situações que tem tudo a ver com humilhações, com abandono, com sofrimento, com vulnerabilidades nas relações, com desproteções, com abandono com isolamento dentro das cidades, com ausência de possibilidade de manifestação, com preconceitos.

A política de assistência social lida com várias situações que são decorrentes das relações entre as pessoas, e isso não se reduz a ter mais ou menos renda. Então concentrar todo o nosso debate e todas as nossas energias de gestão nos programas de transferência de renda é um equívoco por que isso limita a capacidade de resposta da política. Então se a gente está discutindo gestão, a gente precisa discutir quais são os esforços que estão sendo feito pra assegurarmos as atenções a outras necessidades da população que não se esgotam em ter ou não capacidade de consumo. É fundamental em uma sociedade como a nossa, sim sem dúvida, por que todos os bens estão sendo ofertados pelo mercado, mas isso não esgota, por exemplo, sofrimento decorrentes de situação de violência, sofrimentos decorrente de perdas de pessoas na família, sofrimentos decorrentes de estar em uma situação de estar em uma situação de desvinculação familiar e estar nas ruas, sem apoio de pessoas que possam então dar uma outra sustentação.

Então eu estou dizendo que esse escopo aqui também precisa orientar as nossas decisões de gestão. As nossas decisões de gestão não podem ser desvinculadas das respostas que a política tem que produzir. E aí quando nós discutimos quais eram essas respostas, nós chegamos na política de assistência social, na política nacional, em dizer que a nossa proteção de assistência social, ela estaria expressa em acolhimento, ela estaria expressa na garantia de sobrevivência e estaria expressa na garantia de convívio de proteção, convívio que desenvolve as pessoas e não que as subordina.



Então, quando a gente vai discutir gestão na conferência, quando a gente vai discutir gestão no cotidiano a gente não pode dissociar destas finalidades da política, sob pena de a gente concentrar esforços da gestão somente em uma parte e não nesse equilíbrio de responsabilidades que essa política tem.

E aí, uma outra ideia que eu queria trazer, pra dizer o que eu queria trazer pra dizer do que eu estou considerando então que são os elementos desafiantes pra gente pensar gestão nessa conferência, nessa conferência que desemboca na conferência nacional e que estabelece, esperamos, um compromisso histórico no SUAS, um outro elemento que nós estamos falando de direitos. Tá certo?

E aí então há uma determinação do que é trabalhar direitos, acho que uma primeira coisa é que direitos são exigidos, eles devem ser exigidos. Eles não são frutos de benevolência de um e outro, eles não são frutos de sermos mais ou menos sensíveis pra algumas questões, mas ou menos preocupados com alguns aspectos, o direito ele está segurado na lei, ele coloca pra nós obrigação de cumprir, obrigação de ofertar serviço de qualidade.

Então isso não depende da vontade do profissional, desse profissional que é mais ou menos mobilizado, sensibilizado. A outra coisa que se é direito tem que produzir certeza de continuidade da atenção. Não é possível que as pessoas estejam sendo atendidas na perspectiva de aquilo pode acabar a qualquer tempo. Por exemplo uma mudança de governo pode impactar nos serviços em que elas são atendidas. Direito é continuado, tá certo? Por que? Por que se volta a atender uma necessidade social já diagnosticada. Ele tem um ordenamento jurídico pra garantir isso.

A outra coisa que direito não tem condicionalidade. Direito não é ofertado para alguém, não é garantido para alguém desde que ela faça isso ou aquilo. Se você fizer isso ou aquilo você tem direito. Direito não tem condicionalidade, direito tem exigibilidade e tem obrigação de fazer dos órgãos públicos quem inseriu no ordenamento legal foi o próprio Estado, na hora que ele colocou que as pessoas tem direito a sobrevivência, e que essa era uma segurança deste campo de seguridade social no Brasil, que inclusive tem orçamento próprio como vocês bem sabem.

Quando no estado brasileiro fez isso, ele definiu que ele garante a sobrevivência de todos os cidadãos brasileiros, independente de comportamentos, de valores, se a pessoa faz chapinha, pinta unha, usa roupa decotada, roupa curta. Independente de padrões morais, independente do que esperamos que as pessoas façam. Direito não tem condicionalidade, tem exigência para que o estado cumpra. Portanto, se as pessoas não estão conseguindo acesso a educação ou a saúde avaliemos a educação e a saúde. Avaliemos o alcance, a qualidade, as estratégias adotadas para que a população acesse esse serviço.

Avaliemos a capacidade de informação que a educação tem sobre as condições existentes pra produzir informação sobre a frequência de criança, por exemplo. Por que nós temos em algumas localidades na cidade de São Paulo é assim. Não estou falando de um debate que eu estou acompanhando entre a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria de Educação. Nós temos classes que as crianças respondem a chamada e o professora não ouve, tal a confusão generalizada que está em sala de aula. Portanto a gente dizer que as famílias não valorizam a educação e as crianças não vão a escola por que as famílias não querem levar a escola, eu acho que é boa a gente conhecer um pouco mais da realidade da educação no Brasil antes de responsabilizarmos as famílias pelo caos que essa política está enfrentando já de alguns anos. É só

dialogarmos com os professores que acabaram de comemorar seu dia essa semana pra gente falar um pouco melhor sobre isso. Mas o que acontece, reconhecemos que as políticas estão com problemas, mas responsabilizamos as famílias. E dizemos você deixará de receber o benefício por que a professora não ouviu a sua criança responder a chamada. No limite, claro que eu estou fazendo uma caricatura por que tem outras situações que envolvem isso. Tá mais só pra ilustrar de que tanto de fragilidade na garantia do direito nós estamos falando.

E por fim eu quero dizer que direito não é voltado ao coitado, ao carente, ao pobre, tá certo? Direito é voltado ao cidadão. Cada vez que colocarmos um qualificativo de que a pessoa está recebendo aquele serviço por que ele é carente, ou ele está recebendo aquele serviço por que ele é um coitado, nós deslocamos dessa função de horizontalidade de quem é cidadão e precisa ser atendido com respeito, com qualidade por essa condição.

Então acho que essas questões do direito precisam orientar como a gente discute a política de assistência social. Por que a tradição dela não é assentada nesses princípios.

Portanto agora nós estamos já desde a Constituição de 88, mais intensamente desde 93, buscando consolidar o que é direito, então a gente precisa dar materialidade no que é o direito. E aí pra dar essa materialidade eu queria dizer a primeira questão é que direito então exige respeitar a fala do usuário de interferir nas decisões sobre a sua própria vida. Se a gente diz que é direito mas a gente estende o tempo de prestação de serviço de uma medida socioeducativa e não comunica o usuário.

Se a gente diz que é direito, mas a gente vai fazer uma visita na casa da pessoa sem comunica-la que vamos, entramos na sua casa para fiscalizar a sua vida. Se nós dizemos que é direito, mas nós colocamos uma criança num serviço de acolhimento e nem explicamos pra família por que retiramos a criança do convívio familiar. Se nós dizemos que é direito mas nós suspendemos um benefício por que uma pessoa faltou em uma reunião, então nós não estamos operando direito, nós estamos discursando sobre direito, mas nós não estamos operando direito.

Então direito implica que as pessoas vão fazer parte dos processos de decisão sobre a sua própria vida. Os profissionais estão interferindo na dinâmica de vida das pessoas. Nós tomamos decisões que vão impactar na trajetória desses sujeitos. Precisamos ter clareza do impacto dessas decisões que tomamos.

E portanto que as pessoas compartilhem como sujeitos, sujeito é aquele que tem a ação, tá certo?

A gente não faz essa discussão na análise sintática né? Quem é o sujeito, é aquele que faz o predicado, ele tem a ação. Se nós estamos dizendo que vamos lidar com as pessoas como protagonistas como sujeito, significa que tudo que diz respeito à vida dela, ela tem que ser ouvida.

E nós só podemos decidir aquilo que compartilhamos com as pessoas. Nós colocamos para as pessoas uma série de regras, empia (? 28:52), em projetos. Já sabendo que nós não temos condições de que aquilo seja cumprido como política pública. Nós sabemos que nós não vamos garantir, por exemplo, uma intersetorialidade para que aquilo aconteça. Nem que tenha serviço pra atender todas aquelas questões, mas ainda sim, colocamos e falamos, bom, nós vamos perseguir que isso aconteça. Mas você tem que fazer a sua parte.

Nós não estamos conseguindo fazer a nossa, mas a gente fica esperando que a família faça parte dela. Então tem aí uma distância, nós temos recursos, nós é que somos os instrumentos de proteção. O Estado é um instrumento de proteção. E eu estou falando de Estado, mas eu estou

falando da sociedade civil que é corresponsável por essas ações, por que é parceira do estado por nessa política, tá certo?

A outra coisa é necessário que a gente saiba que as pessoas tem conhecimento, tem capacidades, tem vontades. Nós não podemos ignorar a trajetória de uma pessoa quando por exemplo nós quisemos fazer uma intervenção sobre a vida dela. Quem mais conhece sobre a vida dela é ela própria. Nós temos um saber, que é um saber acadêmico e a nossa experiência profissional atendendo outras pessoas, outras histórias, outras situações. Mas daquela trajetória, daquela família, daquele sujeito, não há como tomar decisão sem saber qual é a história que eles tem, eles é quem tem que fazer essa narrativa. E o que que acontece? Ouvimos muito pouco, ouvimos poucos e ouvimos o que nos interessa saber, em geral o que que você veio buscar, a eu vim buscar a transferência de renda. Então ok que nós vamos preencher o cadastro e acabou. Nós não indagamos sobre outras questões que interferem nas relações das pessoas. Na sua relação intrafamiliar, na sua relação no seu território.

Mas depois nós dizemos que fazemos acolhimento e fazemos convivência dentre essa política. Eu vim buscar a transferência de renda, então ok que nós vamos preencher o cadastro e acabou. Nós não indagamos sobre outras questões, que interferem nas relações das pessoas. Na sua relação intrafamiliar, na sua relação no seu território, mas depois nós dizemos que fazemos acolhimento e fazemos convivência dentre essa política. Tá certo?

A outra questão é que o usuário tem direito a ser atendido por profissional qualificado e preparado pra lidar com a situação complexa que afetam a vida das pessoas. Peguemos o hall de situações que a política nacional de assistência social definiu como público usuário de assistência social e vejam lá, não tem situação simples. Tá certo?

Mesmo quando a gente fala de proteção básica, não é simples o que é feito na básica. Todas as situações são complexas. Nós estamos falando de situações de violação, nós estamos falando de violências, nós estamos falando de dependências, de pessoas que tem dependência de substâncias psicoativas, nós estamos falando de pessoas que vivem em territórios com a precária presença do Estado, e forte presença de agentes do crime.

Então nós estamos falando de uma vida, que é uma vida cotidianamente muito difícil. E o Governo, o Estado, o Poder Público em parceria com as organizações diz nós vamos lidar com isso. Nós vamos oferecer proteção. Tá certo?

Mas, então portanto nós temos que ter um repertório pra lidar com isso. Tanto trabalho profissionalizado tá certo? Ele não é um trabalho portanto voluntário. Sem nenhum demérito a termos colaborações de pessoas da sociedade que se mobilizam por questões coletivas. Mas não é isso que sustenta a tensão da política de assistência social. O que sustenta a tensão da política de assistência social são profissionais cada vez mais especializados nas situações com as quais lide, um repertório pra ofertar resposta. E essas respostas tem que ser compatíveis com os problemas enfrentados. Então não dá pra por exemplo a gente lidar com uma mulher que sofre violência dentro da sua casa pelo seu companheiro que é humilhada todo dia, que fica nessa ansiedade pra saber como ele vai chegar, se naquele dia ele vai humilhá-la ou não, que sofre essa humilhação na frente dos filhos. Não dá pra gente pegar essa mulher e fazer fuxico com ela, não dá pra gente pegar essa mulher e ficar pintando paninho de prato, não dá pra gente pegar essa mulher e fazer delicadas decorações em chinelinhos. Por que gente? Por que é incompatível, é incompatível a oferta que nós estamos dando, com o problema que ela está enfrentando. Então nós precisamos ter respostas

que sejam mais comprometidas com os problemas que as pessoas estão enfrentando. Por que bem sabemos, as pessoas é que lidam com essa questão bem sabem. O desafio que é a pessoa sair da sua casa e denunciar uma violência e voltar pra essa casa depois. Nós bem sabemos o que é isso. Se não sabemos por experiência profissional é só olhar os jornais. Quantas mulheres que sucessivamente denunciam, avisam, põe câmeras e são mortas por seus companheiros assim mesmo. Até profissionais que já estão inclusive sofrendo ameaças por esses agentes, por essas pessoas.

Que também precisam ser atendidas, nós precisamos fazer essa discussão também. Do que são esses homens, o que que acontece. Quais são os fatores que levam uma pessoa a violentar desse modo alguém com que ela convive. Nós precisamos fazer essa discussão também.

A outra questão que é fundamental, é a gente entender benefício como direito. Nós temos muito problema de entender benefício financeiro como direito. Nós achamos que as pessoas se acomodam, nós achamos que as pessoas se acomodam, nós achamos que as pessoas recebem o benefício de R\$100, R\$70. Nós achamos que nós temos que decidir em que as pessoas gastam esse dinheiro. Por que a gente acha que, por exemplo, uma mulher de 47 anos, uma mulher da minha idade, 47 anos com 4 filhos, com netos que ela está se responsabilizando, com a mãe idosa que mora com ela, com filho deficiente. Nós achamos que essa mulher ela não sabe em que ela gasta R\$100, a gente tem que orientar, pra ela gastar naquilo que é necessário. Aí quem sabe o que é necessário?

Ah, um profissional, que acabou de se formar, que está atendendo no serviço. Ele que sabe o que é necessário pra essa mulher que administra este caos e, que todo mundo depende dela. Mas é o profissional que vai dizer em que a pessoa pode gastar o dinheiro. Tá certo?

É esse profissional que avalia se ela tem celular, que roupa que ela usa. Se ela está com a unha esmaltada ou não. Tá certo? Aí depois a gente fala assim, ah, mas melhorou muito a auto estima dela, ela veio com batom. Ah, mas será que comprou então com o dinheiro do bolsa família, ou ganhou da patroa? Então gente, olha, vamos falar de gestão. Quantas horas do trabalho do profissional a gente gasta pra controlar em que que as pessoas gastam o dinheiro que a gente sabe muito bem que não atende a despesa de uma semana de uma família de quatro pessoas. Vamos falar melhor de gestão em que que o investimento público, o dinheiro público que a população paga está sendo gasto, pra gente ficar discutindo em que que as pessoas gastam dinheiro. A gente não foi contratado pra essa finalidade. A gente tem coisas ainda mais relevantes pra discutir. Pensemos que as pessoas tenham autonomia sobre a sua própria vida. Tá certo? E pra gente discutir gestão é isso.

A outra coisa é que se é direito, ele tem possibilidade, deve ter garantia de dizer o que ele acha bom ou ruim no serviço, sem sofrer nenhum tipo de ameaça. Nenhum tipo de retaliação por conta disso. Nós podemos discordar por que nós também somos sujeitos da ação que estamos fazendo. Nós podemos discordar que o usuário está falando em relação ao serviço. Mas nós temos que garantir pra ele condições para que ele se manifeste. E eu estou falando isso por que não raras vezes na discussão, por exemplo, com população em situação de rua, nós observamos que tem nomes que são absolutamente vetados pra entrar em determinado serviço de albergue, por que denunciaram as condições de albergue, ou por que denunciaram algum excesso por parte das equipes técnicas. Então é preciso a gente ter clareza disso, se é direito, o serviço foi criado para aquela pessoa, para aquela necessidade, para aquelas demandas, ele tem direito de manifestar sobre o que ele acha bom e ruim naquele serviço. Nós podemos dizer, olha isso que você está dizendo, nossa, a gente precisava avançar demais para que o serviço atendesse, ou isso que você está dizendo é uma coisa não é competência desse serviço aqui garantir. E aí a gente oferece a informação de

onde é. Isso nós podemos fazer. Agora nos arvorarmos pra impedir que as pessoas tenham acesso ao direito por ela se manifestar sobre a qualidade do serviço do Estado é um abuso da nossa parte, e não é uma referência de direito.

A outra questão eu já falei, que não é trabalho voluntário, então os profissionais precisam ter os contatos estáveis. Precisam ter remuneração compatível com a importância do trabalho que desenvolvem e a gente já descobriu que o concurso público não é suficiente pra ele. Por quê? Por que fazer concurso público em condições muito precárias de salário e condição de trabalho significa que na primeira oportunidade profissional vai trabalhar na cidade vizinha, ou vai prestar outro serviço público em outra área. Então não é só concurso público que vai garantir que vai garantir as condições de trabalho no SUAS. Nós precisamos de um incentivo, um investimento nesses profissionais, pra que a gente de fato qualifique uma identidade profissional que compõe quem são os trabalhadores do SUAS. E isso significa dizer que trabalhador do SUAS não é trabalhador de nível superior. Nós somos 30% do SUAS. Quem atende a população diretamente, quem recebe a população são profissionais de nível fundamental, e de nível médio. Tá certo?

Nós acabamos de fazer inclusive um encontro aqui em Curitiba, a aproximadamente um mês, uma mês e pouco, pra apurarmos quais são as atribuições e as ações que estão na mão de educadores, na mão de recepcionistas, na mão de motoristas. Está certo?

Então é fundamental pra gente saber, que o trabalhador do SUAS, seja ele qual nível tenha de especialização ou de escolaridade. Ele tem que saber que ele está em uma política pública de direito que população atende. Que serviço é aquele em que ele está inserido. Sob pena de também os trabalhadores de nível superior estarem em um debate que está enclausurado somente neles, e estes profissionais estão atendendo a população muitas vezes violando direitos, e muitas vezes não oferecendo as informações necessárias pra o trabalho da equipe técnica. Então a gente fala de preparação de trabalhador e continuidade e investimento. São todas essas categorias profissionais que compõe o SUAS. Que também, só um parêntese, mas aí pelo meu uso do cachimbo que faz a boca torta, também quando a gente está falando de nível superior, nós não estamos só falando de assistente social. Então isso por que é um outro problema sério no SUAS.

Qualquer profissional que não é assistente social quando ele vai falar, ele fala assim, eu não sou assistente social, mas eu penso que, atenção o conselho nacional reconheceu 12 categorias profissionais de nível superior. Se reconheceu, é por que os psicólogos tem o que dizer sobre essas situações que a população atende. Se reconheceu é por que pedagogo tem o que dizer, antropólogo tem o que dizer, cientista social também tem. Até músico terapeuta tem o que dizer e terapeuta ocupacional.

São categorias dos SUAS, essas é uma política pública interdisciplinar. Ela não é um serviço social, não é um exercício da profissão de serviço social, eu trabalho com formação de assistente sociais, eu trabalho na graduação e na pós graduação de assistente social, tenho maior orgulho de ser assistente social, problema nenhum em relação a isso. Defendo a profissão nos seus espaços ocupacionais. Mas quero dizer, política pública é política interdisciplinar. Significa dizer que é corresponsabilidade de todas essas categorias reconhecidas.

Quero dizer ainda que eu já falei dessa parte, já falei que eu vou me repetindo também, a outra coisa que eu também quero dizer é que se a gente vai discutir gestão, é que uma gestão que é voltada para o direito. Então nós precisamos discutir que ela não é um improviso. Uma gestão voltada pro direito é uma gestão planejada. É uma gestão pautada em decisões que estão informadas pela realidade. Então cada vez mais a gente precisa saber da realidade vivida pela população. E isso não basta. Muito embora já é um caminho. Não basta ler os dados do

Senso. É fundamental que saibamos apurar como que vivem as pessoas no cotidiano em cada localidade. É fundamental que saibamos registrar essas informações, e transformar essas informações em demanda para o trabalho profissionalizado da política. A política ela não pode ser um exercício de direito se ela for descomprometida com as demandas que ela está lidando. Se ela desconhecer a demanda que ela está lidando, aí atiramos para qualquer lado, e vamos ver em que acertamos. Temos visto que em geral acertamos na própria pessoa e não na situação que ela vive. Então acho que é fundamental a gente pensar em questão de planejamento.

A outra coisa é que se nós estamos falando do SUAS, um sistema que é de corresponsabilidade de 3 instâncias, do Município, do Estado e da União. E estamos no âmbito estadual e vamos hoje discutir demandas, deliberações, decisões para o âmbito estadual, é fundamental reconhecermos que tem especificidades de responsabilidade para o âmbito estadual.

Uma primeira questão é que nós temos muitos problemas nas áreas de divisa municipal, por exemplo. Área de divisa em geral é terra de ninguém. É uma fronteira em que nenhum município se responsabiliza tá certo? Nós temos situações em algumas localidades, como disse, não sei até que ponto isso é um pacto aqui no Paraná. Mas nós temos algumas situações em localidades, eu verifiquei recentemente por que eu estive no debate no Espírito Santo e em São Paulo e eu sei que isso é verdadeiro. Que por vezes esse munícipe ele recebe por exemplo duas contas de luz, ele recebe duas contas de água, tal desmando quando se trata de áreas de fronteira. Nós temos municípios adotando estratégias de expurgar do seu território áreas de maior vulnerabilidade, para que isso não interfira nos seus indicadores de desenvolvimento. Então quando a gente olha os principais IDHs do Brasil é bom a gente olhar se esse IDH corresponde a todo o território do município. Por que tem município declarando parte do município com não dele, simplesmente para não ter que assumir vulnerabilidades da população e empurra para outro município.

Então isso é uma responsabilidade do amplo estatal e nós precisamos discutir. Nós precisamos discutir consórcios, precisamos discutir também que o fato de ter sido aprovada a descentralização como a principal estratégia, não isentou o Estado da responsabilidade de executar serviços.

Os governos estaduais no campo da educação e da saúde, eles tem unidades próprias, com servidores próprios, prestando atenção, atendimento a população. No campo da Assistência Social o que vimos na maior parte das vezes, foi simplesmente uma transferência de responsabilidade, dos Estados para os municípios executarem. Então não tem trabalhador no Estado executando atenção a população. Nós não temos suficientemente serviços regionalizados, sendo tocados, geridos, executados pela instância estadual. Tal como vemos no SUS, tal como vemos no sistema de educação. Precisamos discutir de onde tiramos que não caberia a execução no estado. Não foi seguramente da LOAS e tão pouco da Norma Operacional Básica. Tá certo? Então precisamos fazer essa discussão, quando a gente está discutindo gestão no âmbito estadual.

Ainda é necessário que os Estados tenham responsabilidades com as demandas que os municípios enfrentam. Não é possível que os municípios apresentem situações de vulnerabilidade ou situação, inclusive, de calamidade e os estados entrem com uma complementação esporádica. Tá certo? Não, eles são corresponsáveis, então a gente precisa fazer essa discussão. Por quê? Se a gente for discutir o financiamento eu estou falando de dado muito concreto, se a gente for discutir o financiamento do sistema nós vamos observar que o ente

estadual, em todo território nacional, eu não estou falando exclusivamente do estado do Paraná, se eu estivesse falando exclusivamente do estado do Paraná estava bem fácil de vocês resolverem. Estou falando de todo o território nacional. O ente estadual tem entrado com um percentual menor se a gente considerar os municípios e a união. Então precisamos discutir isso. Qual é a prioridade que os estados tem dado à política de assistência social? O estado não pode escolher no que ele vai investir. Ele tem que ter compromisso em reduzir as desigualdades dentro do seu território. Então tem áreas que tem que ser prioritárias sempre, enquanto existir essas desigualdades dentro do território do Estado. Isso também é uma questão pra gente discutir dentro do ponto de vista de gestão.

A outra questão eu não de fato, eu estou falando de questões que eu estou discutindo em vários ambientes, então de fato eu não estou trabalhando com nenhum dado daqui. Mas o que eu quero dizer é que eu tenho observado também, por que faço consultoria a municípios. É que muitas vezes nós temos uma relação hierárquica entre a equipe técnica do Governo do Estado e a equipe técnica do município. Fundamental a gente saber que primeiro, desconstruía o pacto federativo, nosso pacto federativo diz que os entes são autônomos, e, portanto, o município é um ente autônomo, ele não está subordinado ao Estado ou a União. O fato da União ou o Estado transferirem recursos não significa estabelecer uma relação hierárquica. Significa assumir uma corresponsabilidade, é outra coisa.

E o que a gente vê por vezes são técnicos do âmbito nacional fiscalizando municípios, solicitando documentação, abrindo arquivos, questionando relatórios. Então gente precisamos discutir isso na gestão município com estado. Supervisão é um processo de corresponsabilização por uma tensão. Supervisão é o momento de construção de certeza do trabalho. Supervisão é o momento de troca de experiência, de conhecimento, de saberes. Um profissional que acompanha vários municípios do estado ele tem condição de fazer circular experiências, fazer circular conhecimentos, fazer circular informação, solução encontrada em um município ele tem condição de levar para outro. Esta é a contribuição que um profissional no âmbito estadual precisa dar para o município. Então nesse sentido precisamos discutir essas relações na gestão pensando na solução dos problemas para a população.

Então que queria dizer por fim que nós precisamos estar de fato, então só pra voltar ao primeiro exercício que eu fiz. Todos esses elementos de gestão que eu estou trazendo, são elementos que pra mim, pra mim e para um grupo de profissionais, eu sei que para vários de vocês, eu sei pelas manifestações de vocês enquanto eu estou falando. Eu sei que vários de vocês compartilham dessa lógica. Ela só espero estar um pouco mais organizada por que eu estou sustentada em um power point, estou sustentada e alguns exemplos para a gente pensar. Mas o que eu quero dizer é que a gente só vale mesmo se a gente discutir gestão, se a gente discutir a finalidade da gestão. E eu quero dizer também que enquanto os usuários não fizerem parte desse processo e desta decisão, nós, de fato estamos tomando decisões parciais e mais, nós estamos reforçando subordinações.

Cada vez que nós tomamos decisões a partir do saber técnico, do saber profissional exclusivamente, nós estamos dizendo pro outro que ele não sabe da sua vida, ou que nós sabemos mais que ele.

Então isso contradiz a lógica, o princípio da política de Assistência Social, que é justamente valorizar os sujeitos e garantir sua autonomia. Nós não garantimos autonomia por que quando nós estamos falando de autonomia na assistência social, nós não estamos falando de autonomia financeira. Por que nenhum, salvo um ou outro que tem uma outra condição, mas se nós estamos falando de autonomia financeira,

nenhum de nós tem. Somos trabalhadores na maioria das vezes, dependemos do nosso salário, dependemos inclusive de fazer uma hora extra para pagar uma faculdade de um filho, uma despesa adicional médica. Por que nós vivemos em uma sociedade de mercado e de consumo, não é de autonomia financeira que a política de assistência social está falando. Quando ela está falando de autonomia ela está falando de capacidade da pessoa entender a sociedade que ela está, e tomar decisões sobre a sua própria vida, é deste princípio. Quando nós tomamos uma decisão por outro nós reforçamos a subordinação. Nós sequestramos a autonomia dele. Então não adianta a gente afirmar autonomia e tomar a decisão por ele. Não adianta a gente afirmar autonomia e tutelar.

Portanto a palavra do cidadão é que precisa orientar nosso trabalho de controle, nosso trabalho de gestão. Sob pena de a gente fazer discussões muito abstratas da gestão. Não raras vezes, inclusive nos processos de pré-conferência eu vi vários profissionais falando, mas como é que nós vamos discutir a gestão com os usuários, que coisa mais complexa. Não então, vamos discutir o cotidiano do serviço com o usuário nós estamos discutindo gestão. Vamos discutir os trabalhos que fazemos e por que fazemos, nós estamos discutindo gestão.

Vamos discutir quanto cada unidade recebe, nós estamos discutindo gestão. Vamos discutir onde aplicamos recursos, estamos discutindo gestão quando estamos fazendo isso. Então é necessário que a gente de materialidade e objetivação ao que é gestão. E é necessário que pensemos, se estamos tomando essas decisões com os usuários ou entre nós gestores, prestadores de serviços e trabalhadores. E as vezes nem mesmo com os trabalhadores, não é verdade?

Então eu quero dizer, deixar uma frase do professor Paulo Freire que eu acho que nos inspira muito para essa tarefa, que ele diz assim: “A existência por que humana não pode ser muda, silenciosa, nem tão pouco pode nutrir-se de falsas palavras verdadeiras com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente e pronunciar, é pronunciar um mundo, é modificá-lo. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação, na reflexão”.

Então o convite para que nessa conferência e, em outros momentos de discussão da política de assistência social, nós não estejamos sustentados em falsas palavras verdadeiras. Mas nós estejamos sustentados sim na leitura que a população faz da política de assistência social, na garantia de que a sua voz seja realmente manifesta para que a nossa ação, a nossa reflexão, a nossa política em ato tenha mais compromisso com a garantia de direitos. Obrigada”.

4.2 Avanços e Desafios da Política de Assistência Social para o próximo biênio (Lúcia Cortez e Elenice Malzoni):

4.2.1. Lúcia Cortez: *“Quero primeiramente agradecer o convite. É uma alegria estar aqui no Paraná, no Conselho Estadual de Assistência, com essa Conferência bonita, mobilizando os municípios do nosso estado para discutir um tema que é profundamente importante que é o tema da Proteção Social, no campo da proteção social não contributiva, no campo de asseguramento de direitos sociais. Esse ano nós estamos mobilizando o Brasil inteiro com o tema da Conferência Nacional: Gestão e o Financiamento na Efetivação do SUAS. Nós já temos uma conquista do ponto de vista jurídico legal do SUAS. Agora nós temos que avançar na consolidação, no cotidiano dos municípios, no acesso do cidadão à proteção assistencial, tanto do ponto de vista dos benefícios quanto dos serviços socioassistenciais. E hoje o tema da minha fala, eu acho que é mais uma conversa, uma reflexão em conjunto, sobre Avanços e Desafios Dessa Política Para o Próximo Biênio aqui no estado do*



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

Paraná, como foco mais aqui na nossa região, na nossa realidade. Nesse sentido a primeira premissa a considerar é a concepção da assistência social como um campo de direitos de cidadania. Hoje nós não podemos do ponto de vista jurídico, do ponto de vista político e do ponto de vista ético, esquecer que a seguridade social coloca a assistência social como uma política pública de proteção. É uma política pública de asseguramento de direitos de cidadania e isso exige uma mudança de concepção na operação dessa política pelos técnicos, pelos gestores, pelas entidades e também pelos usuários, no reconhecimento do seu direito à proteção assistencial. Superar sua marca histórica de ação compensatória residual. A assistência social não é uma parte residual das demais políticas. Eu acho que a palestra anterior ficou bem clara essa discussão de que se nós trabalhamos com intersetorialidade isso não nos tira um campo específico de asseguramento de direitos, dentro do modelo de proteção social brasileiro. É essa especificidade da proteção assistencial que nós temos que discutir para avançar a consolidação do SUAS. A assistência integra a seguridade social como proteção não contributiva, e isso faz toda a diferença, porque ela é desse ponto de vista uma política universal. Não há necessidade de filiação, como no caso da Previdência, não há necessidade de contribuições prévias. A assistência social como um campo de proteção social não contributiva, ela é a parte mais visível da seguridade social juntamente com o SUS, a área da saúde que é também não contributiva. Nesse sentido, nós conseguimos avançar na transformação do nosso modelo de proteção social brasileiro, que desde a década de 30 até 88, se pautava no modelo corporativo contributivo. Quem estava protegido? O trabalhador com carteira de trabalho assinada. Quem tinha direito a proteção social? O trabalhador e seus dependentes. Num país em que mais de 50% da população está no mercado informal. Num país em que o trabalho com registro em carteira não é a regra para a maioria da população que vive a maior situação de risco e vulnerabilidade. Deste ponto de vista, a Constituição Federal ao incorporar assistência no campo da seguridade social ela avança na universalização da proteção social. Isso é uma conquista histórica. E essa conquista tem que ser reafirmada todo dia na consolidação do SUS, ela tem que ser reafirmada como política de direito. É dever do estado, é direito do cidadão. O cidadão, que em situação de risco e vulnerabilidade demanda da proteção assistencial, tem o direito de ser atendido e cabe ao estado o dever na oferta de benefícios e serviços socioassistenciais. Isso muda aquela cultura da ajuda, do favor. A cultura de que o governante por um bom coração, por uma sensibilidade humana, ajuda. Nós não estamos no campo das ajudas. Nós estamos no campo dos direitos de cidadania. E aí a princípio... pensa os princípios republicanos, o interesse público em primeiro lugar. O estado a serviço do cidadão, os direitos são do cidadão. O estado é instrumento, é meio de assegurar direitos. Nós não podemos inverter meios e fins. A finalidade maior da organização da sociedade, inclusive do ponto de vista da sua organização política como estado organizado, é a defesa da dignidade humana. Essa é a finalidade máxima da sociedade. E a assistência social tem uma parte fundamental na defesa da dignidade humana quando assegura direitos de proteção social, do ponto de vista não contributivo, incluindo a todos que estejam em situação de risco e vulnerabilidade. E aí é preciso pensar o que é risco e vulnerabilidade. Nós não podemos reduzir o conceito de risco e vulnerabilidade a questão da renda e da pobreza material. Nós vivemos numa sociedade complexa. Nós vivemos num processo de transformações societárias intensas. Processo de envelhecimento da população que independente da condição de renda trás risco e vulnerabilidades. Nós temos ainda principalmente nos segmentos de menor renda a desproteção de crianças e adolescentes por uma condição da família que não consegue cumprir com a sua capacidade responsabilidade protetiva. Nós temos no campo do trabalho, ainda trabalhadores do setor informal, principalmente nos com

menor qualificação nível de escolaridade, e isso coloca para o conjunto da sociedade situações de risco e vulnerabilidade. Nós temos também demandas novas como as demandas relacionadas ao uso de substâncias psicoativas que não são isoladas ou restritas a algum segmento de renda da população. Não, elas estão no conjunto da sociedade. E coloco vulnerabilidades, tanto para os usuários e suas famílias quanto pra comunidade como um todo. Então, esse conceito de risco e vulnerabilidade, ele deve ser pensado no patamar de discussão de cidadania. O que é viver em uma sociedade, o que é ser cidadão dessa sociedade? Ser cidadão é fazer parte da sociedade, é integrar-se a essa sociedade com respeito e dignidade humana. Nesse sentido a assistência social é para aqueles que dela necessitam. Isso não limita a necessidade apenas do ponto de vista da renda e da linha de pobreza. Muito embora, dada a enorme desigualdade de renda desse país, a nossa estrutura tributária extremamente regressiva... uma das grandes demandas ainda é a demanda da população que tem insuficiência de renda. E aí os benefícios de transferência de renda fazem toda a diferença para a redução dos índices de pobreza material desse país. No entanto, não podemos reduzir o conceito de risco e vulnerabilidade à questão da renda. Nós trabalhamos sim, com um ciclo de vida e a proteção assistência deve estar sensível às demandas de risco e vulnerabilidade em razão do ciclo de vida. Para quem são os direitos de cidadania? Para o cidadão. Agora o cidadão não nasce adulto. O cidadão nasce tem a infância, tem a adolescência, a vida adulta, a velhice. A cada ciclo as famílias com sua capacidade protetiva e a sociedade, principalmente via mercado de trabalho, respondem às demandas de proteção. Agora nem todas as demandas de proteção podem ser alocadas apenas na família e na sociedade. Nós temos sim, o estado como responsável, por provedor de proteção social. Risco e vulnerabilidade em razão do ciclo de vida afeta todos nós que estamos aqui nesse auditório. Todos nós, e aí vamos torcer neh? Envelheceremos. Correto? Independente da família que você tenha, independente da renda que você tenha; você demandará de cuidados, você terá situações de risco e vulnerabilidade. Uma parte dessa proteção cabe ao trabalho da assistência social que é ofertado através do SUAS, nas duas modalidades: benefícios e serviços. E aí nós vamos detalhar um pouco mais adiante, esses benefícios e esses serviços. O SUAS... O SUAS é uma reorganização da política pública de assistência social. Não é o SUAS que cria a política pública. A política pública já existe desde que a constituição a insere no campo da seguridade, só que havia uma resistência muito grande no Brasil de incorporar a assistência como um direito. Tanto é que só em 93 nós conseguimos a LOAS e, só em 2004 com a nova política nacional, em 2005 o SUAS. De 88 a 2005 da para ver o tempo da luta histórica. Agora de 2005 para cá nós temos que consolidar, nós temos que efetivar, nós temos que assegurar essa conquista. O SUAS como reorganização ele se organiza por níveis de proteção. Por que por níveis de proteção? E como que isso ocorre nos municípios? Muitas vezes é muito difícil para a equipe que está lá, a equipe técnica, identificar exatamente se aquela situação, se aquela demanda, é da proteção básico especial. Peraí é da especial porque violou o direito, mas também tem aqui várias situações que é da proteção básica. Ao organizar por níveis de proteção, muito longe de segmentar os serviços, é a integração eficiente e racional de serviços. CRAS e CREAS devem trabalhar numa lógica de proteção assistencial integral. É isso que está na NOB 2012. Não é isso? Integralidade da proteção. Agora, do ponto de vista operacional, do ponto de vista de organização da rede de serviços, você tem então a proteção básica e a proteção especial ainda em 2 níveis de complexidade. No entanto, não podemos pensar o SUAS de maneira segmentado. Não podemos pensar o SUAS segmentando os níveis de proteção e não dialogando entre o atendimento prestado na proteção básica e a referência e contra referência da proteção especial. Quem em algum momento é atendido pela proteção especial... Vou dar um exemplo aqui:

atendimento de medida social educativa, no caso de adolescentes. Esse adolescente, ele está na proteção especial mais o vínculo comunitário, a família dele, está lá no território e naquele território, com situações de risco e vulnerabilidade, o CRAS deve acompanhar. Deve haver um sistema de referência e contra referência para que aquela família que já é atendida, e já está no CRAS, não seja segmentada no seu atendimento. Porque um de seus membros está sendo atendido no CREAS, de maneira que eu não converso com o que o CREAS faz, e o CRAS tem o seu plano de trabalho aqui completamente isolado do que o CREAS faz. Esse sim, nesse sentido nós podemos buscar experiências do SUS, no sistema de referência e contra referência. Não é porque em algum momento eu tenho internamento hospitalar que a minha unidade básica de saúde, deixa de me acompanhar e de saber como que está minha situação e familiar como que está o acompanhamento. Que é o exemplo do PSF. E essa integração CRAS e CREAS é um desafio nosso, gente. É um desafio de articular então, uma linguagem voltada para a proteção integral. Essa é a nossa linguagem: a proteção integral. Por níveis de complexidade. Mas o que nós temos que ter? Proteção integral. Serviços socioassistenciais, nós temos o PAIF e o PAIEF, tanto nos CRAS quanto nos CREAS. Segundo os dados, do próprio relatório de gestão do Governo do Estado do Paraná, nem todos os CRAS trabalham com PAIF. Nem todos os CRAS operam. E também nem todos o CREAS. Hoje nós estamos trabalhando numa lógica da tipificação dos serviços. CRAS e CREAS são equipamentos. Agora o que que está dentro do equipamento? Os serviços. O que é o acompanhamento familiar? O que é o atendimento familiar? Isso é a vida desses equipamentos CRAS e CREAS. Agora, como nós operamos os serviços? Qual é a concepção que eu tenho na hora em que eu atendo o cidadão? Por que se eu não mudo, por dentro, do ponto de vista substancial - o serviço -, eu posso até pintar no prédio o nome de CRAS e CREAS, mas lá dentro não muda as práticas. Então o nosso desafio é mudar as práticas. Para isso nós temos a indução necessária do Conselho Nacional e do MDS com a tipificação de serviços. Nós prestamos serviços de política pública, portanto cidadão tem que ter assegurado garantias no atendimento a suas demandas, através dos serviços. O que eu faço dentro de um CRAS deve seguir a normatização dessa política pública. Portanto depende muito menos do gosto e da tendência pessoal do técnico e depende muito mais do entendimento da política. Enquanto operador dessa política, eu não tenho outra coisa a fazer senão respeitar essa política como asseguramento de direitos de cidadania. É nessa lógica que eu tenho que pensar: as oficinas de acompanhamento familiar, o atendimento às demandas domiciliares, o atendimento nas questões de inclusão à benefícios. Desse ponto de vista a tipificação, ela nos ajuda a construir um padrão de oferta de serviços. Vamos pegar aqui um exemplo, eu gosto de dar exemplo porque o SUAS é um jovem sistema que ele ainda vai crescer, vai se consolidar. Vamos pegar um exemplo na área da educação. O serviço prestado, ele não tem uma tipificação nacional quando você tem currículos, normas pedagógicas, normatização de funcionamento das escolas. Sim ou não, gente? Concordem comigo. Você vai mandar seu filho para uma escola que não tem o regramento necessário para atender aquela demanda. Quem colocaria? O que que se espera quando você acessa o serviço de educação do seu município? Espera ou não espera que o serviço seja de qualidade? Sim ou não? Claro. Agora e na assistência? O cidadão também lógico, claro. É um serviço público para o cidadão. A tipificação vem nesse sentido de construir um padrão de referência para a oferta desse serviço, mudou a cultura dessa área da política pública. Eu não opero com a ajudas. Eu opero com direitos. Portanto, o técnico que está lá dentro, tem que saber exatamente sobre a questão dos direitos sociais e direitos de cidadania, e a especificidade da proteção assistencial, que cabe aos CRAS e aos CREAS atenderem. Isso é responsabilidade técnica na operação desses serviços. Benefícios assistenciais nós temos pela LOAS 2

benefícios: o BPC, que pela duração é de duração continuada, e o benefício eventual, que o próprio nome diz para eventualidades. O BPC é gerido e operado pelo Governo Federal, é o maior programa de transferência de rendas para famílias com idosos e pessoas com deficiência. Ele opera no valor de 1 salário mínimo, assegurando direitos. Esse benefício no entanto ainda, apesar de já estar em vigência desde 96, ele ainda não foi completamente compreendido pela sociedade e pelos técnicos de várias áreas das políticas sociais. Muito ainda se confunde o BPC com aposentadoria, principalmente a antiga aposentadoria rural. Nesse sentido é preciso uma maior integração dos CRAS, da gestão da assistência, com o próprio INSS, que a autarquia que opera o pagamento dos benefícios. No sentido de levar maior esclarecimento, tornar mais visível os critérios de excesso e principalmente a discussão da inclusão dos beneficiários do BPC na rede de serviço. Nós não estamos mais naquela lógica de que o que o cidadão demanda é o benefício “tudo bem, te cadastrei, benefício, vai embora”. Não. O fato de estar recebendo o benefício já o inclui na rede de serviços e não o contrário. A rede de serviços não é para os que não têm o BPC. Não. A rede de serviço é universal, integralidade das ações. E para os que têm o BPC ela é complementar a proteção de transferência de renda. Os benefícios eventuais esses ficam com o financiamento e cofinanciamento do estado e município. É o grande desafio que cada município defina em lei os critérios, a forma de acesso e a publicização desses benefícios eventuais. O auxílio natalidade, o auxílio morte, a questão de catástrofes, tudo isso tem que estar muito regulado e discutido, porque nem sempre o cidadão consegue ter clareza de onde ele procura esse benefício. Que benefício é esse? Muitas vezes o técnico não tem essa clareza. E nesse sentido nós, por omissão, negamos o acesso ao direito de cidadania dos mandatários desses benefícios eventuais. Essa gestão dos benefícios e serviços, uma gestão integrada, é um desafio nosso. É um desafio tanto do MDS, quanto da gestão estadual, quanto da gestão dos municípios, de conhecer os dados, de conhecer os critérios e de agilizar a integração entre serviços e benefícios. A política pública e de assistência social é uma política que opera com benefícios e serviços, diferente da política de educação que opera só com serviços, diferente da política da previdência, que embora tenha alguns serviços, o grosso da previdência são benefícios. Nós não, nós temos as duas questões: benefícios e serviços. Isso dá uma complexidade maior a essa política. E temos ainda, embora com uma secretaria específica no Governo Federal e com uma lei específica, não a LOAS, nós temos o Bolsa Família que também opera com benefícios de transferência de renda e que no estado, e principalmente no município, é a política pública de assistência e são os técnicos dessa política que operam com essa população mandatária dessa política de transferência de renda. Gestão e controle social. Foi muito legal o pessoal levantar, os usuários dessa política estarem aqui. Cada vez mais os usuários devem inserir-se na gestão da política porque uma política de direitos da cidadania. Ficou para trás o tempo das ajudas. Aqui é questão de direito de cidadania. Nós temos sim, por dever legal que está previsto na constituição e está previsto nas leis que regulamentam a assistência, que a gestão é democrática e participativa. E que deve estar sob o controle social. Portanto conselhos e fóruns são fundamentais para dar a transparência, a publicidade e assegurar o espírito republicano na gestão da política de assistência social. Assistência social é política de assegurar direitos. Ponto é isso. Assistência social não pode ser moeda de troca, de apoios, de qualquer natureza de apoios. Ela é política de asseguramento de direitos, por isso quanto mais democratizado, quanto mais eficiente o controle social, mais nós conseguiremos avançar nessa política do ponto de vista da cidadania. Financiamento, né? Oh tema danado. Cresceu muito o financiamento. Eu vou até pedir um... talvez a Denise, certamente já apresentou o dado, mas eu trouxe um dado aqui do MDS. Vou pedir só para poder apresentar um pouquinho aqui, pedir a paciência de vocês.

Esse quadro é a evolução de recursos, de uma política que não era, porque a assistência não era política até 88, para uma política que se constrói. Não se constrói uma política sem financiamento. Não é verdade? A gente constói política pública da educação sem financiamento? Não. Sem valorizar o professor? Sem montar equipamentos para operar a política? Não. Assistência também, nós demandamos financiamento. Proteção social é dever do estado. Numa sociedade com tamanho desigualdade nós não podemos pensar que o que se aumentou na evolução de recursos orçamentários não representa nada. Representa muito sim. Eu acho não consegue ficar muito claro os números, mas dá para ver a linhazinha ascendente. São recursos destinados. É isso mesmo gente. Nós temos que brigar. Essa é uma luta política pro financiamento dessa política pública de assistência social para o financiamento das equipes técnicas que trabalham na assistência social, da oferta de serviços de qualidade e da crescente demanda por benefícios assistenciais. Inclusive a crescente demanda, Denise está aqui e não me deixa mentir; BPC só faz aumentar. Correto? Claro, nós estamos pagando um saldo histórico de um país que deixou mais de 50% da população no mercado informal e que hoje envelheceu. E aí? Princípio da dignidade humana. O estado tem o dever de, embora ele não estava vinculado à previdência, ele ajudou a construir esse país e ele deve ser protegido. O princípio da seguridade social ele é colocado na ideia de que nenhum membro da sociedade pode ser abandonado a sua própria sorte. Nenhum. E isso implica em responsabilidades públicas, para o estado, para as famílias e para sociedade. Mas o estado tem o dever de. Então esse financiamento, ele vai evoluir mais sim. E os liberais que me perdoem, é dever do estado. Ah é muito recurso? Não, não é muito recurso, ainda deve crescer mais. E aí nós temos que discutir uma questão da reforma tributária. Financiar pessoas, financiar a dignidade humana, para que todos vivam em padrões de dignidade humana, não é muito para um país que hoje está entre a sexta e a sétima economia do mundo. O que nós temos é que discutir seriamente redistribuição de renda e da riqueza. Um dos mecanismos são as políticas públicas, não é o único, mas um dos mecanismos são as políticas públicas. E a política de assistência social, no âmbito da sua proteção opera sim, com transferências de renda e democratização do acesso à riqueza socialmente produzida. E isso é uma política de direitos. Você volta lá para mim? Nesse sentido, nós estamos aqui numa Conferência Estadual, e aí eu vou ter que falar, o governo do estado, não só do Paraná, mas até por uma questão de uma estrutura do estado republicano no Brasil, o nosso estado federado ele tem competências atribuídas para o Governo Federal e o Governo Municipal, e competências residuais para os Governos Estaduais. Isso fez com que o Governo Estadual fosse o mais tímido na oferta cofinanciamento e operação das políticas sociais. Não só da política de assistência, de todas as políticas. Vamos pensar saúde. Municipalizou ou não o SUS? Sim ou não? Os municípios estão ou não estão agora com a regulamentação da emenda constitucional 29? O município é 15%, no mínimo. Claro que põem muito mais do orçamento. Estado agora na saúde, 12% no mínimo, e a união aquilo que já aplicou no ano passado mais o crescimento do PIB. Na assistência o Pacto de Gestão prevê cofinanciamento: município, estado e governo federal. O grosso do financiamento da assistência tem-se dado no benefício de prestação continuada, BPC, que é do recurso do Governo Federal, do Fundo Nacional de Assistência Social. Mas nós temos que fortalecer a capacidade de operação dos serviços assistenciais e aí nós temos que chamar a responsabilidade sim. Governos estaduais e municipais, junto com o governo federal, mas governos estaduais e municipais têm que cofinanciar a política. A política não pode servir-se apenas de repassadora de benefícios. Ela opera com benefícios e serviços. E aí nós temos que regular isso, por isso o Pacto de Gestão deve fortalecer a capacidade de financiamento dessa política, principalmente na questão dos serviços. E aí é contratação de equipe técnica, instalações físicas adequadas,

equipamento, mobiliário, carros para o trabalho técnico, além de toda a infraestrutura necessária para o acompanhamento familiar e para a prestação dos serviços socioassistenciais. E entramos então nos trabalhadores da assistência. Qual é um dos grandes desafios? As equipes de referência. Consolidar o SUAS como um campo de trabalho interdisciplinar. Ele não é área específica de uma profissão. Ele é um campo interdisciplinar, mas ele opera, com um princípio único: defesa dos direitos de cidadania integralidade da assistência social. E aí nós temos que construir essas equipes e construir o trabalho interdisciplinar. Eu me atrevo a perguntar para vocês, se já está tudo resolvido nos municípios de onde vocês vêm. Gente, estamos construindo. Sabe quem vai construir o SUAS e consolidar o SUAS? Nós mesmos. Essa é nossa tarefa histórica. Nesse momento da história cabe a nós que estamos trabalhando com essa política fazer avançar, para que daqui a 10-15 anos, nós sejamos as referências, os atores sociais significativos, que construíram o SUAS. Nós estamos construindo essa política pública. É novidade? É. Tudo o que é novidade é desafiador, mas nós já temos o norte, a diretriz dessa política. É com essa diretriz que nós temos que operar serviços socioassistenciais, serviços voltados para assegurar direitos de cidadania. Eu fico repetindo isso, parece um mantra, mas é importante a gente repetir isso considerando os 500 anos de história desse país, marcado por relações de escravidão, de coronelismo, de mando político. Então repetir o mantra de que operamos com direitos de cidadania é fundamental para demarcar esse novo tempo histórico nas políticas sociais. Desafios, então... Aprimorar a gestão. É um desafio mesmo, caramba. Hoje, não trabalha a gestão se você não tiver sistema de informação eficiente, técnico especializado para compreender a linguagem dos sistemas de informação que cadastram, registram, incluem os programas, os projetos, e dão a visibilidade a essa política. O controle social, competências e responsabilidades de cada ente federado no SUAS. Isso fortalece os espaços da CIT e das SIBS, mas também os espaços do CONGEMAS, os espaços dos fóruns, os espaços de articulação da política. O país é enorme, quase 6 mil municípios, 5 regiões com uma diversidade enorme. Se pegarmos o Paraná, o Paraná é bastante diverso. Nós temos que nos articular. Nós temos que criar uma sinergia na gestão. E nós temos que divulgar as boas práticas de gestão do SUAS, para fortalecer essa política. No Paraná 85,2% dos municípios têm estrutura de gestão específica: Secretaria Municipal de Assistência Social, da Política de Assistência Social. Isso já é um avanço, mas a gente tem que ter 100%. Porque ainda temos aquela concepção de que a assistência é parte da saúde que não atende, da educação que não atende. Então fica lá, meio indefinido. Não, nós temos que criar visibilidade. Nós temos que trabalhar intersetorialmente, mas sabendo qual é o nosso setor, qual é a nossa especificidade. O diagnóstico sócio territorial, a vigilância sócio assistencial. Oh desafio danado, né gente? Controlar territórios, discutir vulnerabilidades, tomar a dimensão do espaço e território não é apenas espaço geográfico, território é espaço de relações sociais. E o território muda conforme o horário do dia. Vocês já notaram que a ocupação de uma praça é diferente de manhã, de tarde e de noite? Trabalhar com vigilância sócio assistencial é discutir relações sociais em dado território, é considerar população, espaço geográfico, questões culturais e relacionais na ocupação daquele espaço. E aí entra o trabalho da proteção básica, de identificar situações de risco e vulnerabilidade, e no trabalho intersetorial, mobilizar ações para assegurar direitos. As desigualdades sociais no Paraná. 399 municípios, se a gente pegar os dados do IBGE, o Paraná é bastante urbanizado, em dados gerais eu acho que mais de 87% de urbanização. Aí você abre, então vamos abrir... Que urbanização é essa? 312 municípios com até 20 mil habitantes. É urbanizado? Sim, mas a lógica ainda é muito vinculada ao estilo rural, à dinâmica rural. Esse é o Paraná, o "celerão" do Brasil, essa é a discussão. Nós temos que olhar para a nossa realidade sócio territorial, pensar

as nossas dinâmicas, fazer a leitura do território para pensar os serviços, para pensar as atenções. Nós já temos envelhecimento populacional, desigualdade de renda, pobreza. Em alguns regiões do Paraná, se vocês pegarem os mapas que o IPARDES produz, é muito visível. Há no meio do Paraná um grande vazio e ali se concentra uma baixa densidade de habitantes e uma alta concentração de pobreza. São regiões que não se desenvolveram, que têm pouco dinamismo econômico. Temos ainda a triste realidade do trabalho infantil, embora caiu muito. Isso é um avanço das políticas públicas. Só caiu porque tem uma integração muito forte com a política da criança e do adolescente, com as ações dentro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente com a assistência, com a educação, com a saúde, mas ainda temos. E esse trabalho infantil, muitas vezes invisível, de difícil mensuração. Grande parte dele se realiza no domicílio e aí há sim uma questão de gênero nisso, são principalmente meninas, que cuidam da casa para os adultos trabalharem. Meninas que abandonam a escola. Nós temos ainda uma questão de gênero na configuração do trabalho infantil. Na rua estão mais os meninos. Nós temos que olhar mais isso no nosso município, discutir isso no acompanhamento familiar, tratar essa questão também do ponto de vista da cultura que se criou historicamente no país, de que a primeira prevenção à marginalidade é por a criança para trabalhar. E isso ainda é muito forte, inclusive na população demandatária dos serviços. Quem trabalhou com PET sabe como era difícil o atendimento às famílias e a discussão de que: criança tem que estudar, tem que estar na escola, criança tem que ser protegida. Então nós temos esse desafio. Paraná possui 12.780 trabalhadores do SUAS, segundo os dados do relatório do Governo Estadual de 2012, 59,54% estatutários e 40% de nível superior. Se nós pensarmos 399 municípios, vai dar uma média de 30-32 funcionários por município. É um bom começo, vamos dizer assim. É um bom começo. Nós temos que montar equipes. Nós temos que expandir. Não se faz política pública sem trabalhadores. É muito importante a parceria com a rede da sociedade civil, com as entidades filantrópicas. É muito importante. Mas o dever do estado, não pode ser negligenciado. O estado tem o dever de, eu vou dar de novo o exemplo da política de educação. Você matricularia o seu filho para um serviço público de educação sem que houvesse pessoas qualificadas para o atendimento? Você entraria num unidade básica de saúde, para um atendimento de saúde, sem ter técnicos qualificados? Nós temos que ter técnicos qualificados na política pública de assistência, sim. Nós temos que compor quadro de técnicos. Porque trabalhar com riscos e vulnerabilidades é uma demanda muito complexa, e nós temos que ter sim técnicos devidamente qualificados. E aí vem a questão da gestão do trabalho e educação permanente no SUAS. Gente, olha, aquela história de que me formei, estou diplomado, esqueça. Você está diplomado para continuar estudando pelo resto da sua vida, porque o mundo muda. Vai ter que se coçar, vai ter que estudar, vai ter que ler. É isso? É isso. Por quê? Porque o mundo muda. O mundo muda. Imagina se eu tivesse parado quando eu me formei. 88 pronto. Pronto falei. E aí? Obrigada. A valorização do trabalhador é o reconhecimento do mérito, da qualidade do trabalho prestado. Portanto, o outro ponto da qualificação do trabalhador, é a qualidade dos serviços. E logo, logo, nós vamos trabalhar com programas de avaliação de qualidade de serviços, porque é isso mesmo, é recurso público. O recurso é da sociedade e o serviço é para o cidadão, portanto tem que ser avaliado. Tem que ser avaliado. O plano estadual de capacitação dos trabalhadores e nós temos o CAPACITASUAS, do Governo Federal. Não tem motivo para não haver uma sinergia positiva em cada município do país, para elevar a qualificação e a capacitação dos trabalhadores. Isso é dever de responsabilidade na operação dos serviços. Serviços, programas e projetos. A questão então que nós temos... as territorialidades, entender o território, equipe técnica para trabalhar nesse território, acessibilidade, equipamentos, horário de funcionamento, articulação, integração

entre os serviços, programas e projetos, os níveis de complexidade, proteção social básica-especial integradas. Isso são indicadores, são critérios para ver a qualidade dos serviços ofertados pelo SUAS. Nós temos que trabalhar com isso. O aumento no número do CRAS. No Paraná nós tivemos um aumento, considero que ainda tímido. Claro, a política está se construindo, mas em 2008 nós saltamos de 322, para 2011, 527 CRAS. Em grande parte cofinanciados ou totalmente financiados com o Governo Federal. Nós precisamos de cofinanciamento urgente, governo do estado e município. Assim como não existe política da educação sem escola pública, não existe política pública de assistência sem equipamentos e equipamentos com padrão de qualidade. CREAS, 129 CREAS em 109 municípios. Caramba são 399 municípios. Nós temos que avançar. Nós temos que avançar nisso. CENTROS POPS. Pelos dados do relatório, temos 10 CENTROS POPS em 7 municípios. Precisamos avançar. Desafios ainda... Integração entre serviços e benefícios e a questão da intersetorialidade, sem perder a especificidade dessa política. No Paraná, 2.280.548 pessoas com alguma deficiência investigadas, 21%. Proporção de idosos, esse dado é do relatório de gestão da assistência de 2012, 7,6%... eu até fiquei em dúvida com esse dado de idosos, eu acho que nós estamos para mais disso, estamos perto de 10% de idosos na população. Mas nós temos sim, uma demanda aqui que deve ser atendida. Essa demanda é demanda típica já dos benefícios e dos serviços sociosassistenciais. Regionalização e a integralidade da proteção social. Trabalhar na lógica da regionalização da proteção. Como nós temos 312 municípios de pequeno porte, nós temos que pensar nos consórcios municipais. Assim como a saúde tem os consórcios, nós também temos que pensar nessa lógica. No sentido de integrar a rede de serviços. Construindo então o SUAS no Paraná. E quem está construindo somos nós mesmos, viu gente, ninguém vai trazer ele pronto não. Ele vai ser o que a gente for capaz de fazer. Estrutura de gestão nos municípios, aumento dos equipamentos CRAS e CREAS, capacitação dos trabalhadores, equipe de referência e financiamento. Essa é a síntese dos nossos desafios. E um desafio fundamental, que sem ele a gente não avança: superar a visão tradicional da Assistência Social e construir uma política de direitos de cidadania. A responsabilidade do estado na vigilância socioassistencial e no atendimento das situações de risco e vulnerabilidade. Eu agradeço à atenção. Eu sei que o meu tempo acabou. E aí a gente vai para a conversa. Muito obrigada”.

4.2.2 Elenice Malzoni: *“Já passamos do meio dia, mas bom dia a todos. Eu represento a Secretária da Família e Desenvolvimento Social. Minha fala vai ser uma fala complementar ao todo trabalho do dia de hoje muito bem exposto pelas nossas duas companheiras, belíssimas apresentações que nós tivemos e nós temos certeza de que foi de agrado de todo estado, pelos aplausos, pela identificação, pelo silêncio que nos observamos aqui na plenária.*

Então eu quero iniciar nossa fala aqui do estado, uma fala governamental, mas agradecendo muito ao conselho estadual de assistência social, a nossa secretaria como todas as delegações aqui presentes de todos 23 regionais do nosso estado que estão presentes aqui hoje nessa 10ª Conferência de Assistência Social e estamos com as delegações tanto de todos os seguimentos que compõe: os trabalhadores, os setores, os nossos usuários, os nossos gestores, enfim convidados ilustres que nos temos presentes. E agora eu estava lembrando da 1ª conferência Denise, Gladis, que algumas

peças eu acredito estavam presentes, Plínio e os demais funcionários presentes aqui, colegas de trabalho que estão presentes e foi nesse espaço, nós estamos fechando um ciclo de 20 anos dessa política de assistência social e estamos no mesmo espaço discutindo e quantos avanços a gente percebe nessa caminhada, foram avanços que por mais que o pessoal que está entrando agora que não percebe toda essa caminhada de pessoas que estão realmente levando com compromisso, com qualidade de fazer com que esse estado esteja realmente num caminho de construção dessa política, nessa visão de direitos, de cidadania. Então é muito prazeroso nos estarmos aqui e vamos verificar mais tarde na reunião dos grupos de toda a recuperação dessas propostas que a gente fez, o que é na verdade com esse novo cenário que nós temos na política na assistência o que nos vamos levar daqui para frente.

Então o nosso objetivo da fala hoje, é mostrar como está o sistema único de assistência social implementado não só na gestão estadual, também na gestão municipal. A gente traz alguns elementos e lembrando muito que falar nos seis eixos eu acho que ela traz alguns pontos importantes muito discutidos hoje pela manhã, e arrematado com toda a propriedade pela nossa querida Lúcia, mas o que principalmente os focos dessa política onde que nos temos que ter, qual é o caminho, qual a diretriz que nos temos. Romper antigos paradigmas, nós vamos ter que avançar em toda essa questão da estrutura, de equipamentos, da proteção básica, da proteção especial. Nós vamos avançar na questão principalmente de trazer esse indivíduo que está invisível pra visibilidade, isso é muito importante em todos os sentidos e principalmente que esses seis eixos eles se complementam com uma lógica de direitos por que a gente precisa ter recursos sim, a gente precisa ter equipes, números eficientes de qualidade, a gente precisa ter programas e projetos de qualidade pra garantir os direitos dessa população que é o alvo do nosso trabalho, da nossa política, da nossa ação, com números, com planejamento, com monitoramento e com uma regionalização que possa dar conta desse círculo e dessa lógica de direito que nós temos que assegurar aqui no nosso estado. Então eu quero puxar o nosso início quando a Lucia coloca que é hora dos pactos da federação principalmente no pacto dos municípios e do estadual que foi agora das últimas deliberações dessa siti e discussão, não sei se entrou na pauta do conselho nacional ainda, mas nós já temos a resolução da siti onde diz dos avanços, dos pactos da federação em relação aos estados, os pactos de aprimoramento da gestão estadual e que tem realmente caminhos muito claros onde que os estados tem que seguir e o Paraná dentro da Secretária da Família e Desenvolvimentos Social ele vem realmente recuperar e vem recuperando nesse processo, eu acho que todas as gestões recuperam um pouco, mas estas atribuições aos estados colocados desde a no operacional básica dentro de todas as especificações dentro do que é proposto garante uma ampliação realmente nos co-financiamentos dos serviços e de todas as questões não só da básica, da média e da alta complexidade e também multidirecionado a proteção social especial eu acho que são esses dois pontos bem como a vigilância, alguns pontos, mas são pontos que são importantes a gente dizer que são elementos importantes que ver que o estado do Paraná vai realmente subir esse pacto e vamos tentar realmente avançar nesse cofinanciamento entendendo que na tua fala que realmente essa recuperação tem que ser assumida pelos estados e tem que ser



realmente viabilizadas em conforciamento e estrutura para os municípios nossos 399 municípios componentes do estado do Paraná. Nós vamos iniciar com algumas questões básicas de números do nosso estado, importantes pra gente também ter essa configuração e muito em complemento do que a Lucia trouxe. População de estado nos estamos de 10444,526, dessas nos temos 85% praticamente estão localizados na população urbana e na população rural 14,66%. Dessa população nós temos um mapa onde demonstra aonde está a faixa etária mais concentrando, a parte vermelha como vocês estão vendo é 9,71% até 6 anos, a parte amarela é de 7 a 12 anos que fecha no percentual de 9,61%, a parte laranja de 13 a 18 anos que fecha 10,75%, a parte verde de 19 a 29 anos 18,76% e a maior parte de 39 praticamente 40% da nossa população está entre 30 e 59 anos de idade, então mostrando o caminho que a Lucia colocou dessa tendência da população está mais madura no nosso estado. Nos 11,22% estão acima de 60 anos, quando você coloca Lucia que a população de idosos será que realmente fica, ele está mostrando aqui nesse dado que não é muito diferente do que realmente está a fonte é do IBGE de 2010. Dessa população como está as nossas famílias em extrema pobreza? aqui nos trouxemos um quadro pessoal, esse quadro ele mostra o Paraná que a média do Paraná que é 3.0 e mostra realmente o que a Lucia colocou, o grande centro do nosso estado como realmente as grandes regiões que estão com uma concentração grande de famílias em extrema pobreza que fica pelo Laranjeiras do Sul, Piranga, Guarapuava depois nos temos uma linha que vai chegando até o primeiro município mais estruturado, com menos família em extrema pobreza que é a região de Cianorte, em seguida vem a nossa capital Curitiba, com 1.7 que ficam iguais, não tem o primeiro ou o segundo, eles estão na mesma linha 1.7. A média do Paraná é 3.0. isso significa 104 famílias que estão em extrema pobreza no nosso estado, aqui nos trazemos uma relação de como que está o Paraná nos 27 estados das unidades da federação. O Paraná está em 4º estado brasileiro com menor percentual de indivíduos em extrema pobreza onde representa 1.96 de população, então a média do Brasil é 6,62 e o Paraná está com percentual de 1.92 assim distribuídos, a quantidade de municípios por porte é uma divisão de como que está o nosso estado, por porte o amarelo é o grande porte são 17 municípios de grande porte, médio porte nos temos 14, metrópole 1, pequeno porte nos temos 312 municípios e pequeno porte 2, são 55 municípios de pequeno porte 2. Aqui nós trazemos uma linha crescente do rendimento médio mensal das famílias residentes no Paraná, nos temos uma média em 2009 de 2.184 média mensal das famílias residentes e hoje nos estamos com 2012 2.975 o que equivale a 35,6% de aumento no período de 2009 a 2012. O IDH do Paraná nós trouxemos os últimos índices que foram divulgados o estado teve um enorme avanço nesse sentido e vocês vão acompanhar pelos 3 mapas que vão seguir a frente, que mostra exatamente essa evolução. O azul é a legenda muito alto, o verde é alto, o amarelo é médio, o laranja é baixo e muito baixo. Então vocês vão começar a perceber o vermelho que era muito alto em 1991 e aqui 2000 ele já começa a mudar e nós temos agora em 2010 um panorama muito positivo do nosso estado onde existe azul e poucos realmente municípios que estão ainda com o IDH baixo, mais localizados nas regiões de Paranaguá, Curitiba, e os ainda no centro do estado, na região Pitanga. Então nós temos todas essas questões que são realmente algumas questões, outras foram complementadas pelos índices com pessoas com deficiências, idosos que a Lucia trouxe



*nessa mesa e agora como que nós vamos enquanto gestão estadual e gestões municipais enfrentarmos os nossos avanços e desafios. Nós temos uma secretaria que foi novamente constituída em 2010 o início da gestão do nosso governador Beto Richa a frente a Dona Fernanda, a nossa secretária, instituímos a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social novamente estruturada para dar conta das principais proteções e os principais pontos importantes previstos para o desenvolvimento da política mais adequada. E passa aqui pela proteção básica, pela proteção especial, por uma assessoria técnica, pelas unidades de política da criança e dos adolescentes uma vez que também a antiga secretaria da criança e a juventude a se ela também foi extinta no início da gestão, todo esse trabalho também por garantia da questão da discussão da política da criança e da juventude, essa política também está agregada a nossa secretaria de estado, então nós temos unidades técnicas que se responsabilizam também pela política da criança e do adolescente, e a unidade técnicas do programa da família paranaense, que é um programa estratégico do governo para o enfrentamento da pobreza no nosso estado do Paraná, gestão Suas, medidas socioeducativas também, que nós também incorporamos os censos estamos também trabalhando com toda essa complexidade dos nossos meninos e meninas, a rede cidadania, a proteção social especial e proteção básica. Nós temos uma divisão que foi ampliada também nessa gestão para 23 escritórios exatamente com o objetivo de estar mais perto dos nossos municípios dando maior condição de apoio técnico. Aqui esta um mapa onde vocês percebem o número de municípios e o número das nossas regionais aqui tem Curitiba, Pato Branco, União da Vitória, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu e assim por diante que nos temos certeza que estão representados nessa conferência. Nós estamos atualmente com 285 servidores dentro dos quais o vínculo empregatício são 139 estatutário, 90 comissionados, 56 outros vínculos de nível de ensino, 14 de ensino fundamental, 82 ensino médio e 189 de ensino superior. Capacitação dos servidores da sede em 2012: foram 99 servidores capacitados presencialmente, 128 capacitados na modalidade a distância. E devo fazer também uma complementação que existe um concurso público efetuado para a área para dar realmente condições e mostrar os avanços não só para pessoas que estão fazendo parte das equipes da gestão mas principalmente para os nossos 23 escritórios regionais, então nós estamos aguardando a liberação das chamadas de 353 funcionários mais ou menos, então nós estamos exatamente nesse processo de aguardo de chamada de novos funcionários para nossa secretaria . Aqui falando dentro de uma perspectiva da gestão municipal nós temos no Paraná 86,80% de secretarias municipais constituídas no nosso estado. Dessas 86,80% apenas 13,20% ainda não tem órgão gestor específico para a área de assistência social isso se a gente fizer um comparativo com a região sul, a região sul tem 61,14% e a média do país está em 76,56% nós temos que chegar a 100 aqui, com certeza vocês percebem que ainda no Paraná, nós avançamos dentro da nossa região e temos uma média um pouco mais adequada no âmbito do país. Dentro desses municípios os quais são desses são órgãos gestores que tem as leis do sistema único da regulamentação do Suas previstos em leis municipais, dos 399 dos 100% dos nossos municípios, nós temos 22,1% apenas de municípios que tem o Suas regulamentado em lei. A média da região sul é 18 e a média do país é 16,6%. **TAMBÉM EXISTEM UM DESTAQUE NESSA** questão dentro da variação do Paraná, dentro da região sul e na média do país. Nós também temos aqui um quadro não muito*

favorável para o nosso estado mas ele ainda é um pouco melhor dentro da região e dentro do nosso país. É importante a gente colocar esse dado que são os percentuais que de implantação dos planos de cargos e carreiras e salários pelos gestores municipais e assistência. No Paraná nós temos essa linha azul são aqueles que não possuem ainda processo de implantação de planos de cargos e carreiras e salários pelos órgão gestores e apenas 23% possuem já todo esse início desse trabalho com alguns pontos mais relevantes. E aqui a gente traz a média dessas regiões, aqui você vê que o Paraná está aqui na região sul a média é na região sul é de 81,7% e ai tem centro oeste 86%, sudoeste 89%, nordeste 96%, norte 90% e nós estamos com 77 ainda também sem, então nós estamos numa situação que precisamos avançar nesse aspecto da gestão do trabalho. Outro dado é a questão do percentual de municípios que realizam concurso público 2012 aqui no nosso estado do Paraná. O Paraná teve 20,8% de municípios que realizaram os concursos públicos a média da região sul foi maior no Paraná de 19 e a média do país 11,2% esses todos dados nós retiramos, a fonte de todos esses dados foram tirados do senso que nós fizemos o estudo e tiramos os dados para que a gente pudesse trabalhar com vocês hoje, percentual de municípios que planejam os serviços socioassistenciais com base em diagnóstico territorial nós achamos muito importante trazer, agregar esse número pra ver se realmente a questão vigilância sócio-assistencial se está sendo trabalhado nessa perspectiva se está sendo incorporado esse diagnóstico territoriais na questão da política de proteção básica, especial enfim. Aqui nós temos a dizer que o Paraná sim para todos os serviços apenas 28,4% dos municípios utilizam as bases de estudos territoriais para realmente avançarem nos seus planejamentos e serviços. 48,2% maior parte dos serviços, o verde significa para menor parte dos serviços e o rosa não utilizam, 14%. A região sul também o Paraná fica no número que ultrapassa aos números da região sul e fica pouquinho em cima da média do Brasil. Aqui o número de equipamentos, estava até conversando com a Lucia, a gente tem um pouquinho, um número um pouquinho maior do que ela passou, mas como nós tiramos também do mesmo senso e aqui a gente trouxe inclusive do CREAS, CRAS, CentroPop, Unidade de acolhimento em 2012. Então aqui nós estamos em terceiro lugar no ranking do país. Um dos estados que tem o maior número de rede já estabelecidas e isso é muito importante para o estado do Paraná, ele só fica atrás de São Paulo e de Minas Gerais. Mas se for pela proporção de municípios com serviços realmente nós estamos num panorama muito bom que está mostrando muito avanço e nessa questão da estruturação dos nossos equipamentos. Então nós estamos com 399 municípios, 547 CRAS, 141 CREAS, CentroPop 8 e Unidade de Acolhimentos 477. Um total de 1.173 equipamentos vinculados a área de assistência social nas duas proteções. Aqui o percentual de municípios nos quais os fundos municipais é uma Unidade Orçamentária.

No Paraná 97,7% possui fundos. Todos estão com fundos estabelecidos. Os 100% dos municípios tem fundos estabelecidos, mas apenas 97 ainda tem um percentual de municípios que ainda não tem caracterizado o fundo como uma Unidade Orçamentaria assim como deve ser adequadamente. O sul ainda tem 96,5% e a média do país é 94,2%, nós também estamos no cenário até que positivo dentro da média do país e superior a média da região sul. Aqui eu acho que isso é muito importante de colocar porque isso vai mostrar a variação do fundo nacional de assistência social e como nós

estamos crescendo nesse período de 2005 a 2014, está pontilhado com certeza porque essa aqui é uma previsão que nós fizemos para 2014 até pra todos os senhores possam verificar como que nós estamos avançado representa a previsão dos recursos orçamentários e financeiros então nós estamos chegando praticamente nos 127 milhões, né Marcela, para 2014. Nós podemos considerar que nosso fundo já não é tão pobre, já é um fundo bem de vida, um fundo que está realmente crescendo e isso vem demonstrando essa preocupação de nós estarmos ampliando os recursos para poder co-financiar os serviços e realmente cumprir com a missão que é dos estados

Aqui por fim nós temos o percentual dos municípios que acompanham o cumprimento das deliberações, das conferências da assistência social esse quadro, porque todos os municípios tem conselhos instalados, todos, 100% dos municípios. Mas aqui o Paraná apenas 84,2% eles acompanham as deliberações, acompanham toda a discussão do município, essa questão que é importante dizer que ontem até na mesa de abertura nós tivemos praticamente não foi nem boas-vindas foram palestras que praticamente todos fizeram e apresentaram muitos dados importantes e tudo mais e eu posso estar enganada mas acho que foi a Denise que trouxe que as coisas mudam tanto, que mudaram tanto né que eu acho que nesse momento essa conferência ela se reveste dessa autoridade mesmo por ser essa assembléia privilegiada, máxima da assistência social hoje onde nós estamos reunidos com os delegados e todo mundo vai ter que voltar para seus municípios e dizer: eu tenho uma conferência municipal, eu vou acompanhar as minhas deliberações, eu vou ter que atualizar o meu processo aqui de controle social, como é que nós vamos trabalhar nessa consolidação, precisamos fazer um plano de alcance dessas propostas o que essas propostas vão trazer, são viáveis ou não, mas o importante é que tenha todo o trabalho de controle social bem estabelecido e precisam, ser acompanhados pelos conselhos de assistência social.

Agora nós vamos passar avanços que muitos significativos que houveram nesse período, que por incrível que pareça o contexto, a contextualização que a Lucia é muito semelhante ao que nós vamos trazer, o que eu acho importante porque isso foi histórico na nossa gestão que foi o repasse de fundo a fundo que realmente garante esse recurso através do piso paranaense de assistência social que vai já completando os 86 municípios que foram elencados pelo conselho, aprovados pelo conselho no ano passado, em junho do ano passado e eu estava até discutindo com a Leticia agora a pouco que a partir de janeiro deste início de 2014 nós vamos começar com mais 86 municípios isso é em praticamente em 6 meses, nós já estamos conseguindo garantir quase 50% de municípios com a cobertura do piso paranaense de assistência social e que é um piso que está também dando condições de contratação de pessoal, nós fomos também na mesma linha do fundo nacional garantindo as mesmas condições, abertura para que os municípios possam rompendo com convênios, gradativamente a gente vai construindo uma política mais adequada e que vai dar conta de gestão, de benefícios eventuais bem como pagamento e recursos humanos como eu acabei de falar. O repasse dos recursos para co-financiamento do Paif nós estamos cofinanciando o Paif em 112 municípios ainda nós não estamos com praticamente com 100% mas estamos em 112 municípios, nós estamos destinando recursos para 30 municípios prioritários do programa Família Paranaense porque através de todos os indicadores são municípios que



estão realmente numa situação diferenciada de pobreza, de extrema pobreza e estão nesses 30 municípios prioritários o repasse de recursos para o cofinanciamento também assim como estamos fazendo pro Paif estamos fazendo pro Paefi, é em menor quantidade é, por que nos temos um número muito mais ampliado de CRAS e muito menos de CREAS mas estamos fazendo o recurso também acontecer pro Paefi em 98 municípios. Os planos de ação dos municípios e isso é uma constatação que a gente fez. A Marcela foi para todos os municípios e nós já estamos desencadeando um plano de ação da utilização desses recursos e a gente já começou a fazer alguns dados, alguns comparativos e alguns municípios nesse plano eles precisam dizer qual é o cofinanciamento, o que Lucia falava, qual o cofinanciamento que a união está dando na perspectiva do cofinanciamento dessa responsabilidade compartilhada de recursos de tudo mais e da gestão. Então o que que está sendo evidenciado? O recurso da união, o recurso do estado já vem implementando e o recurso dos municípios estão implementando. E a gente nesse período de 6 meses a gente vai conseguir cobrir praticamente 50%, mais de 50%, dos nossos municípios mas com uma equiparação muito significativa ao próprio cofinanciamento que o governo federal vem repassando aos municípios. Nós estamos praticamente empatando que é um repasse de 100 mil para cada município e o repasse do governo federal está em uma média de 114 mil para os municípios, Marcela não sei se eu consegui ou pra mais ou para menos, mas isso também é um avanço muito significativo para a política estadual. Houve também essa questão da criação de um setor específico para trabalhar a informação, para produzir dados para a vigilância sócio-assistencial que nós vamos disponibilizar também a tempo para todos os municípios para que eles também consigam fazer seu planejamento de uma forma muito adequada, para que sejam assertivos aonde colocar os serviços, aonde expandir os serviços em todo os municípios e todo o seu território. Análise de informação para desenvolvimento de indicadores, para definição de critérios porque se a gente não tiver esses números a CIB não consegue trabalhar que daí a gente perde o controle, o cib não consegue trabalhar e o conselho estadual não consegue deliberar porque tem que deliberar questões do estado frente a números, dados, e estudos que nos respaldem, que legalize a ação do estado frente a essas estâncias de pactuação e de deliberação. Foi criado o desenvolvimento de sistema de informação para o uso da Secretaria dos Municípios que foi o Índice de Vulnerabilidade da Família, o sistema Família Paranaense. Agora um dado muito importante, o avanço da abertura das residências técnicas no âmbito do Suas com 102 vagas. As inscrições vão até dia 24 de outubro e eu estou aqui fazendo uma propaganda que está aberto que são profissionais da área que possam também estar sendo aproveitados na gestão, para que possam trabalhar na área fazendo um curso de pós-graduação que oferta especialização para os servidores da sede na gestão pública com ênfase no Suas o investimento na estruturação na sede dos escritórios regionais, como a Lucia falava, não adianta só a gente abrir na perspectiva da gestão do trabalho, as equipes precisam estar bem instaladas precisamos de equipamentos, veículos para atender, recursos humanos em números suficiente e capacitados para que realmente a nossa ação seja adequada e competente. Implementação do plano estadual de capacitação do Suas com ofertas de 18.800 vagas em capacitações, nós estamos vinculados ao governo federal no programa do CapacitaSuas e estamos com o nosso PEC que o nosso programa estadual que vai iniciar que



estamos no processo de licitação e a curto prazo nós estaremos iniciando com todos os cursos visando o atendimento de todos os atores e todos os municípios do estado do Paraná e os funcionários do Governo do Estado da mesma forma.

Expansão Estadual da Rede de Equipamentos de Proteção Básica hoje dentro daquele número que nós passamos, nós conseguimos expandir a rede de proteção social em 81 municípios e apenas 12 CREAS. Mas o ano que vem nós já temos a perspectiva para 14 CREAS e o número Gladis? E mais 23 CRAS para 2014. Então também estamos continuando com essa ampliação desses serviços em construção.

A expansão também da Rede de Proteção da Política de Proteção Social Básica que são os territórios da juventude hoje nós já temos novos espaços, 9 novos espaços. Implantação dos Centros da Juventude que nós fechamos em 29 nesse período. O cofinanciamento estadual de 19 residências inclusive o Centro Dia, que foram as expansões do Governo Federal. Mas prevendo a participação do Estado no cofinanciamento, do apoio técnico do assessoramento e do cofinanciamento do Estado também nessas ações. Elas não estão dentro do piso, isso é importante a gente dizer, isto está acontecendo fora dos pisos, isso são específicos dos programas que sofreram, que tiveram as expansões previstas nesse período. O reordenamento no serviço de acolhimento institucional também é um grande trabalho que nós estamos fazendo. E dentro desse sentido nós estamos cofinanciando, desculpe, cofinanciando não, não sei se eu coloquei essa informação? Não, então vamos voltar que depois eu faço a complementação. O cofinanciamento para 78 municípios em situação de calamidade pública, que também esse cofinanciamento ele não está na lógica do piso paranaense. Ele veio a mais nos fundos municipais de assistência social. Todos vocês sabem que nós tivemos agora, a curto prazo, a questão de 3 meses atrás as maiores chuvas que vitimaram muitos municípios, famílias sem acessibilidade nenhuma, ficaram impedidas de acessar os outros serviços. Então houve um aporte no fundo estadual, e foi o primeiro repasse fundo a fundo que o Estado vivenciou justamente neste serviço. Onde cabe os Municípios também estruturarem suas ações, fazerem ações preventivas, que conforme tipificação dos serviços indica.

E continuando, nós temos a implementação do Programa Família Paranaense também, que foi um grande avanço não só da metodologia do trabalho, mas é um programa concreto que visa todo e tem esse cunho da intersectorialidade onde a assistência social é coordenadora, porém, é todo um trabalho intersectorial que é feita visando protagonismo, a promoção social dessas famílias em situação de maior vulnerabilidade e risco. Nós estamos em 353 municípios vinculados a essa metodologia de trabalho e com cofinanciamento, e mais de 18 mil famílias atingidas pelo programa, e estamos em um processo de implementação de transferência complementar ao Programa Bolsa Família para 104 mil famílias que alcançaram R\$80 per capita nessa complementação necessária chegamos a esse índice de R\$80 per capita, na complementação do Bolsa Família, vinculados também ao programa Família Paranaense correto Letícia?

Então vamos, a regulamentação dos benefícios eventuais, por que até então o Estado não tinha realizado essa regulamentação, então eu coloco o fundo como em primeiro lugar, depois logo em seguida a gente vem com a questão do benefício eventual que eram pendências históricas do nosso



estado e tivemos sucesso nos avanços nesse curto período de tempo que nós estamos apresentando para todos os companheiros. Manter os cadastros do Cadastro Único válidos e atualizados, isso é um avanço. Manter esses cadastros com toda complexidade, com todo trabalho existentes nos municípios não da pra não considerar avanço. Ele aparece outra vez os desafios também, por que manter também é um desafio, não é fácil. Realizar o acompanhamento das famílias articulando ações complementares em atuação intersetorial, implementação de duas residências, inclusiva implementação, implantação desculpe, implantação de duas residências inclusivas estaduais. Além das 19, que nós estamos com 19 municípios, que nós vamos implementar ações para pessoas com deficiência, o Estado terá também duas que foram aceitas na expansão dos estados, nós vamos realizar duas pro atendimento a pessoas com deficiência também visando a regionalização, já como um avanço nesse sentido. E o estudo situacional, violação de direitos e proteção social especial no estado do Paraná. Esse estudo está pronto, ele já vai ser submetido na próxima reunião da CIB pra já definirmos a questão da regionalização do CREAS, ficou um estudo muito consistente, muito bom. E após apreciação da CIB nós vamos partir para apreciação e deliberação do Conselho Estadual de Assistência Social.

É descentralização e a regionalização de acolhimento institucional para crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência, aí nós abrimos o edital também que é outro apelo que a gente faz para todas as entidades presentes, que observem esse edital, que nós estamos nessa perspectiva de reordenar alguns abrigos, algumas unidades de acolhimento para pessoas com deficiência, adultos, crianças e adolescentes e que o mais importante é que a gente leve exatamente aonde existe esses vínculos familiares, aonde existe uma rede mais adequada para o atendimento. Nós tivemos algumas entidades credenciadas que estão no processo de credenciamento, mas, lembrando que o credenciamento não está fechado, ele continua aberto, disponível para todos os municípios do estado, aderirem a esse trabalho de atendimento com pessoas com deficiência. Os desafios eles são muito semelhantes ao que a Lucia também trouxe, mas acho que a ampliação e a otimização do cofinanciamento dos serviços da gestão, estabelecendo condições condizentes com a demanda de todos os entes federados. Prazos, reajustes e aplicação. Eu acho que é fundamental essa busca de ampliação e otimização dos recursos para o fundo, para os fundos de assistência social.

Garantir recursos orçamentários e financeiros próprios, permanente para os fundos de assistência. Que esse recurso que vão, garantam a sustentabilidade de programas e projetos, especialmente dos serviços, na perspectiva da garantia de direito. Por que hoje eu posso por R\$1 no fundo, eu estou pondo dinheiro no fundo. Amanhã eu preciso ter essa garantia de recursos suficientes para dar conta da nossa política pública.

Definição de incentivos para organização das funções de gestão, instituição de equipes de vigilância socioassistencial principalmente nos municípios. Nós precisamos ter esse olhar, com essa importância necessária.

Aprimoramento dos sistemas para coleta de organização das informações. Avaliação dos impactos do serviço, o que e como eu estou fazendo? O que realmente isso está mudando a vida dos nossos usuários? Efetivação dos pactos de aprimoramento de cada ente federado. Os municípios assinaram



esses pactos, agora é hora de cumprí-los, agora é hora de a gente ter um trabalho cada vez que avance mais, é o nosso grande desafio é efetivação desses pactos. Convergência entre Vigilância Socioassistencial, monitoramento, planejamento e financiamento. Definição de padrão de qualidade, custos de serviço socioassistenciais, fortalecimento do controle social, incentivando a participação de todos os segmentos. Reordenamento da Rede Socioassistencial a partir do vínculo SUAS. Ampliação da articulação de órgãos de controle com outras políticas. Integração entre a segurança de renda e o acesso a serviços e programas. E a efetivação dos parâmetros da gestão do trabalho com a política de capacitação e educação permanente. A contratação por concursos, planos de cargos, carreiras e salários e mesa de negociação.

Realizar o acompanhamento das famílias articulando ações complementares e atuação intersetorial.

Intersetorialidade para o atendimento a integralidade das demandas e a implementação dos serviços regionais de gestão estadual e municipal.

Aqui gente, a gente deixa uma breve colaboração para que realmente os trabalhos em grupo do dia de hoje, vocês perante os desafios, não só do que a Lucia trouxe num contexto mais ampliado e a gestão estadual, apresentando para vocês dados que nós observamos do nosso CENSO, que foram observados por todas ações competentes dos nossos escritórios regionais e da equipe de gestão da nossa secretaria, são com certeza elementos importantes para construir uma política de assistência social mais adequada, que realmente venha com toda essa demanda que nos chegou, que fecha com que a Lúcia trouxe, e que a gente possa ter a tarde, excelentes propostas para a nossa política de assistência social.

Eu agradeço em nome da dona Fernanda Richa a nossa Gestora Estadual, em nome do nosso governador, em nome da nossa secretaria, dos meus colegas do Conselho Estadual, agradeço a oportunidade, e nós temos com certeza, muito a comemorar, por que quem começou a 10 anos atrás e chegamos aonde nós chegamos, é por que houve realmente empenho de todas as pessoas que estão aqui nesse auditório comprometidos, com todo meu respeito, eu agradeço. Obrigada.”

5. Moções das Conferências Regionais de Assistência Social:

5.1.1 Conferência Regional de Cianorte:

Ao CEAS/PR (REIVINDICAÇÃO): “Levando em consideração que a Secretaria da Família, Estado e Desenvolvimento Social, regional de Cianorte, atende a 12 municípios, sendo eles: Cianorte, Cidade Gaúcha, Guaporema, Indianópolis, Japurá, Jussara, Rondon, São Manoel do Paraná, São Tomé, Tapejara, Terra Bosa e Tuneiras do Oeste e que estes já encontram-se desmembrados da Amerios formando a Amenorte, ressaltamos que para o Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR a vaga que possuímos é apenas de suplência sendo esta dívida com Umuarama, que na maioria das vezes não repassa as informações das reuniões do CEAS, a suplente e tão pouco a regional de Amenorte. Ressaltamos ainda que há poucos dias a conselheira Gisele (conselheira Umuarama) teve sua vaga perdida por 03 faltas consecutivas o que não foi comunicado a suplente Suelem Ranuci Galhardo (conselheira suplente de Cianorte) que também teve sua vaga substituída sem justificativa. Dessa forma manifestamos a necessidade de garantia de uma vaga no Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS para a



regional de Cianorte – Amenorte, sendo que temos conhecimento que regionais que abrangem menos municípios possuem vaga de titular”.

5.1.2. Conferência Regional de Curitiba:

“À SESP, Governo do Estado, Órgãos de Defesa de Direitos, COPEDH e Ministério Público (REPÚDIO): “Nós, delegados observadores e convidados, presentes na conferência Regional de Assistência Social de Curitiba realizada em 18/09/2013, vimos manifestar repúdio à postura preconceituosa, discriminatória e criminalizadora adotada pelo CONSEG do Bairro Água Verde (Curitiba – PR), que vem divulgando nota/comunicado se posicionando contra a permanência do Centro Pop, serviço essencial para a defesa, garantia, proteção e efetivação dos direitos desta população. Postura esta que revela violações graves de direitos humanos”.

5.1.2.1 Conferência Regional de Curitiba:

Ao Governo do Estado e Prefeitos (APOIO): “Nós delegados, observadores e convidados presentes na Conferência Regional da política de Assistência Social, realizada em Curitiba, vimos manifestar apoio à adesão do Paraná e seus respectivos municípios à Política Nacional para população de rua, conforme prevê o Decreto Federal nº7053/2009. Cabendo portanto, não só a adesão, mas a constituição e efetivação dos comitês Intersetoriais de monitoramento e Acompanhamento da Política de Atenção à População de Rua”.

5.1.2.2 Conferência Regional de Curitiba:

Ao Estado e Municípios: “Nós trabalhadores do SUAS, requeremos a imediata realização de concursos públicos municipais e Estadual com profissionais de acordo com a Resolução nº017/2011 do CNAS (Pelo Colegiado Estadual do FETSUAS/PR, Solange Leite)”.

5.1.2.3 Conferência Regional de Curitiba:

Ao Governo Estadual e Federal: “A partir do Encontro Nacional dos Trabalhadores do SUAS em 2011. A musicoterapia se tornou uma das categorias profissionais de nível superior reconhecida por meio da Resolução nº17/2011 CNAS, como capaz de contribuir com o trabalho no SUAS. Desta forma, nós delegados da Conferência Regionais de Assistência Social de Curitiba do ano de 2013, orientamos a criação do cargo musicoterapia e garantia de vagas nos concursos públicos a serem realizados na área da Assistência Social. (Pelo Colegiado do Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUA do Paraná, Jakeline Silvestre Fascina Vitor)”.

5.1.3 Conferência Regional de Guarapuava:

Aos Prefeitos Municipais: “Que os Provopares e entidades afins não façam parte da Estrutura Física e Organizacional das Prefeituras”.

5.1.3.1 Conferência Regional de Guarapuava:

Ao COGEMAS, SEDS e Prefeituras Municipais (REPÚDIO): “Nós delegados da X Conferência Regional de Assistência Social de 2013 de

Guarapuava, repudiamos aos Gestores Públicos Municipais e Estaduais que ainda não adequaram a carga horária de 30 horas semanais, para os profissionais de Serviço Social, conforme estabelece a Lei 317/2010”.

5.1.3.2 Conferência Regional de Guarapuava:

À SEDS: “Nós, delegados da X Conferência Regional de Assistência Social, reunidos em Guarapuava no dia 02 de setembro de 2013, através desta moção, solicitamos as seguintes providências urgentes:

- Estruturação dos Escritórios Regionais da SEDS com equipe técnica, através da convocação e nomeação dos aprovados no concurso público realizado em 2009 (SEAP), recursos financeiros e materiais necessários à Assessoria Técnica aos municípios.
- Cofinanciamento, por transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo aos serviços, programas, projetos e benefícios eventuais e ainda, ao aprimoramento da gestão dos municípios, conforme determina a NOB/SUAS/2012.
- Realização de processos de monitoramento e avaliação da política de assistência social de forma planejada e continuada, conforme a NOB/SUAS/2012.
- Realização de ações preventivas e proativas de acompanhamento aos municípios no cumprimento das normativas do SUAS, conforme a NOB/SUAS/2012.

5.1.4 Conferência Regional de Irati:

Aos Prefeitos (RECOMENDAÇÃO): “As prefeituras municipais de Mallet e São Mateus do Sul à formalizarem convênio com o Lar dos Velhinhos de Rio Azul (Instituição de Longa Permanência para Idosos), o qual mantém hoje 6(seis) idosos com procedência de Mallet e 7(sete) com procedência de São Mateus do Sul. Visto que a entidade não recebe nenhum tipo de ajuda dessas prefeituras, embora já tenha solicitado formalização de convênios em março do presente ano e ainda hoje, não possui nenhuma resposta a respeito”.

5.1.4.1 Conferência Regional de Irati:

À Secretaria Nacional de Assistência Social (INDIGNAÇÃO): “À Instabilidade, mau funcionamento do Sistema SUAS WEB devido a dificuldade dos técnicos em executar o preenchimento dos dados do Demonstrativo Sintético de Execução Físico e Financeiro”.

5.1.4.2 Conferência Regional de Ivaiporã:

Ao MP e TJ (REPÚDIO): “A requisição de serviços do Poder Judiciário e Ministério Público aos profissionais da Política de Assistência Social dos municípios de forma obrigatória, autoritária e gratuita, ocorrendo incompatibilidade e conflito das funções a serem desenvolvidas”.

5.1.4.3 Conferência Regional de Ivaiporã:

Ao TCE/PR (REPÚDIO): “O TCE/PR não segue as orientações do governo federal em relação a utilização de recursos para pagamento de

recursos humanos – trabalhadores do SUAS com repasse do FNAS para FMAS. Solicita-se que as orientações e informações referentes à recursos sejam unificadas em todas as esferas de governo”.

5.1.5 Conferência Regional de Laranjeiras do Sul:

“Solicitamos aprovação do Piso salarial aos profissionais de Psicologia e Serviço Social pela Câmara Legislativa Estadual”.

5.1.5.1 Conferência Regional de Laranjeiras do Sul:

Os participantes da I Conferência Regional de Assistência Social de Laranjeiras do Sul apoiam a proposta aprovada pela plenária no Eixo 6 – Regionalização de criação de CRAS Indígena haja vista as especificidades no atendimento a respectiva população”.

5.1.5.2 Conferência Regional de Laranjeiras do Sul:

O Poder Judiciário/ Fóruns Estaduais: “Os participantes da 1ª Conferência Regional de Laranjeiras do Sul solicita respota em relação a questão a concurso para profissionais de Serviço Social e Psicologia no quadro próprio do Judiciário, devida a excessiva demanda que os profissionais recebem de solicitação de pareceres técnicos dos respectivos profissionais que trabalham nos municípios (CRAS e CREAS).

5.1.6 Conferência Regional de Ponta Grossa:

(APOIO): “Inclusão na NOB/RH de dedicação exclusiva dos trabalhadores do SUAS para este sistema durante horário de expediente, vedando a equipe a emissão de pareceres e laudos para outras Políticas Públicas, Ministério Público e Poder Judiciário”.

5.1.7 Conferência Regional de Pitanga:

Ao Governo Estadual (APOIO): “Apoio do Governo Federal e Estadual dando prioridade na execução de ações voltadas ao atendimento dos agricultores familiares oriundos dos municípios com baixo IDH, como por exemplo, territórios com CONSAD (Consórcio de Segurança Alimentar, Desenvolvimento local e da Cidadania)”.

Conferência Regional de Pitanga:

Ao Poder Judiciário (REPÚDIO): “Repudiamos a transferência de demanda do poder judiciário para os profissionais do SUAS dos municípios, sobrecarregando os profissionais e precarizando os serviços”.

5.1.8 Conferência Regional de Toledo:

à SEDS: “Que a SEDS através dos escritórios Regionais articulem a realização de encontros regionais dos trabalhadores do SUAS, visando fortalecer o SUAS nas Regionais do Estado, através da troca de experiências e contribuir com a valorização dos FÓRUNS dos trabalhadores do SUAS”.



5.1.9 Conferência Regional de União da Vitória:

Ao TJ (REIVINDICAÇÃO): “Os delegados e participantes da IX Conferência Regional de Assistência Social de União da Vitória vem através deste reivindicar quanto a realização de concurso público para Assistentes Sociais e Psicólogos, para compor as equipes do Poder Judiciário nas Comarcas do Estado do Paraná, visto que as demandas para a elaboração de estudo social, laudos e pareceres são requisitados para os profissionais dos municípios, acarretando em sobrecarga de trabalho”.

5.1.10 Conferência Regional de Umuarama:

Ao Governo Federal (REPÚDIO): “Repúdio ao quadro apresentado pelo Programa Zorra Total da Rede Globo de Televisão, o qual ridiculariza o profissional Assistente Social e os Benefícios Eventuais”.

5.1.10.1 Conferência Regional de Umuarama:

Ao Tribunal de Justiça (REPÚDIO): “Repudiamos as solicitações do Poder Judiciário aos profissionais da área social que são obrigados a realizar estudos sociais e outros com data pré-determinada correndo o risco dos profissionais serem penalizados, que seja pelo Tribunal abeto concurso público, para contratação de equipe técnica específica”.

5.1.10.2 Conferência Regional de Umuarama:

Ao Governo federal e Estadual (REPÚDIO): “ Pela divulgação destacada do direito ao acesso aos Serviços, programas e benefícios da Política Nacional de Assistência Social, com ênfase nos Programas de Transferência de Renda, Bolsa Família Família e Aposentadoria da Dona de casa. Considerando ainda, a falta de divulgação dos critérios, perfil e forma de acesso ao BPC”.

6. Moções da X Conferência Estadual de Assistência Social:

6.1 À SEDS (REIVINDICAÇÃO): “Que o Governo do Estado do Paraná através da SEDS cumpra as diretrizes da NOB/RH/SUAS no que tange as atribuições dos Estados, garantindo a composição das Equipes dos 23 Escritórios Regionais, através de concurso público.

6.2 Ao Poder Judiciário do Estado do Paraná (REPÚDIO): A Ação autoritária do Poder Judiciário sobre às equipes da Política de Assistência Social dos municípios, na determinação de elaboração de estudos, pareceres e Laudos, o que é de competência de uma equipe exclusiva do Poder Judiciário ou Perito a ser contratado por este órgão. Essa ação fere a autonomia dos municípios estabelecida pela Constituição Federal de 1988, e fere as atribuições de cada ente federado, e dos poderes constituídos.

6.3 Ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão/MDS/Ministério da Saúde/ Ministério da Educação: “Com a descentralização Política-

Administrativa iniciada na década de 1990 os municípios passaram a assumir uma carga excessiva na oferta de serviços e benefícios sem que por outro lado, fizessem jus aos recursos necessários. A organização e execução de tais Serviços, além da garantia de Benefícios de caráter socioassistencial, demandam a disponibilização de recursos humanos, sobretudo com a constituição de equipes de referência a integrar os diversos equipamentos públicos. Neste aspecto, reside um problema crucial: os municípios hoje se vêem premidos por regras estabelecidas em normas Infraconstitucionais, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal. É urgente uma alteração de alguns dispositivos desta Lei, a fim de que o limite de gesto com pessoal possa ser elevado, se vinculados as políticas de: assistência social, saúde e educação.

7. Recomendações para implementação das deliberações das Conferências de Assistência Social de 2005,2007,2009 e 2011:

7.1.Eixo 1: O Cofinanciamento Obrigatório da Assistência Social:

Permanece no relatório?	Classificação da recomendação	Texto da Recomendação
(x) Sim () não	1º	Aprovação de Emenda Constitucional que vise garantir percentual de no mínimo 5% de recursos nas três esferas de governo para serviços da Proteção Social básica e Proteção Social Especial, através de repasse fundo a fundo, e efetivar o co-financiamento estadual para serviços regionalizados de média e alta complexidade e para os benefícios eventuais, respeitando as diversidades regionais, bem como dispensando uma atenção específica para as áreas de fronteira e portuária, e flexibilizando a utilização de recursos de co-financiamento, através de alteração de legislação pertinente.
(x) Sim () não	2º	Ajustar e atualizar anualmente os pisos fixos e variáveis conforme a inflação.
(x) Sim () não	3º	Tornar obrigatória a realização de audiência pública semestral da política de assistência social, promovendo espaços de debate com ampla participação da sociedade civil para o acompanhamento sistemático das propostas aprovadas nas conferências e efetive a fiscalização dos Fundos de Assistência Social e a alocação de recursos com publicização e demonstração por vias práticas e acessíveis à compreensão de todos

7.2. Eixo 2: Gestão do Suas: Vigilância Socioassistencial, Processos de Planejamento, Monitoramento e Avaliação:

Permanece no relatório?	Classificação da recomendação	Texto da Recomendação
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> não	1º	Aprimorar o sistema nacional de vigilância social em 100% dos municípios.
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> não	2º	Implantar sistema de rede integrado entre o gestor estadual e federal.
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> não	3º	Habilitar 100% dos municípios em gestão plena e total.

7.3. Eixo 3: Gestão do Trabalho:

Permanece no relatório?	Classificação da recomendação	Texto da Recomendação
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> não	1º	Garantir plano de cargos, carreiras e salários, com definição de piso salarial para os trabalhadores que atuam no SUAS e estabelecer jornada de 30 horas semanais para equipe técnica
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> não	2º	Revisar a NOB/RH com ampliação da equipe de referência para proteção básica e especial, definindo equipe de referência mínima para o órgão gestor do SUAS.
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> não	3º	Formar equipe técnica para gestão em 100% dos municípios de pequeno porte com recursos da União

7.4. Eixo 4: Gestão dos Serviços, Programas e Projetos:

Permanece no relatório?	Classificação da recomendação	Texto da Recomendação
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> não	1º	Implantar CREAS por comarca, microrregião ou região, conforme demandas apontadas no diagnóstico social.
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> não	2º	Implantar Centros Regionais para implementar e manter programas de medidas

		socioeducativas, com matricialidade sócio-familiar.
--	--	---

7.5. Eixo 5: Gestão dos Benefícios no Suas:

Permanece no relatório?	Classificação da recomendação	Texto da Recomendação
<input checked="" type="checkbox"/> Sim () não	1º	Revisar os critérios de aprovação do BPC de ¼ para ½ salário mínimo per capita.
<input type="checkbox"/> Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não	2º	Ampliar acesso aos benefícios e serviços e atendimento ao BPC.

7.6.Eixo 6: Regionalização

Permanece no relatório?	Classificação da recomendação	Texto da Recomendação
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> não	1º	Garantir serviços para todos os municípios através de consórcios intermunicipais.
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> não	2º	Avaliar o funcionamento dos consórcios intermunicipais.

8. Avanços e Desafios da Política de Assistência Social para o próximo biênio:

8.1.1Eixo 1: O Cofinanciamento Obrigatório da Assistência Social:

Item	Avanço
1	Regulamentação do Repasse fundo a fundo no Estado do Paraná
2	Criação do Piso Paranaense de Assistência Social para cofinanciamento das ações nos municípios
3	Ampliação dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social foi em 312% no período de 2005 a 2012.
4	Cofinanciamento Estadual do PAIF para 112 municípios e PAEFI para 98 Municípios
5	Participação do Estado na melhoria da infraestrutura em parte dos municípios, mediante repasse de equipamentos (carros, impressoras e computadores).

Item	Desafio	Competência
1	Destinação de no mínimo 5% de recursos do orçamento geral do poder executivo vinculados ao Fundo da Assistência Social, para execução do SUAS	(x)Município (x)Estado (x)União
2	Ampliação do Cofinanciamento Estadual para atingir os 399 municípios do Estado.	() Município (x) Estado () União
3	Cofinanciamento dos serviços da proteção social básica e da proteção social especial de média e alta complexidade para os municípios	(x) Município (x) Estado (x) União
4	Criação de incentivos para o aprimoramento da gestão do SUAS.	() Município (x) Estado () União
5	Atualização dos repasses realizados e reajuste anual dos cofinanciamentos de no mínimo o índice da inflação	(x) Município (x) Estado (x) União

8.1.2 Eixo 2: Gestão do Suas: Vigilância Socioassistencial, Processos de Planejamento, Monitoramento e Avaliação:

Item	Avanço
1	Criação do Núcleo de Gestão da Informação na SEDS que realiza análise de informações e desenvolvimento de indicadores para definição de critérios para programas e investimentos
2	Desenvolvimento do Índice de Vulnerabilidade da Família (IVF-PR), com base no cadastro único, considerando 4 dimensões: perfil e composição familiar, condições de escolaridade, acesso ao trabalho e renda e adequação de domicílio, para identificação e classificação das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.
3	Adesão de 100% dos municípios ao sistema informatizado para elaboração dos Planos Municipais da Assistência Social em 2012/2013

4	Elaboração de estudos para o Marco Situacional do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
5	Realização de estudos para subsidiar a elaboração de propostas de implantação de CREAS Regionalizados.

Item	Desafio	Competência
1	Implantação/implementação de equipe específica para Vigilância Socioassistencial	(x) Município (x) Estado (x) União
2	Implantação e aprimoramento dos sistemas de informação para coleta e organização das informações relativas aos serviços socioassistenciais.	(x) Município (x) Estado (x) União
3	Realização de diagnóstico, monitoramento e avaliação do impacto e custo dos serviços socioassistenciais.	(x) Município (x) Estado (x) União
4	Efetivação dos Pactos de Aprimoramento de cada ente federado	(x) Município (x) Estado (x) União
5	Integração dos Sistemas informatizados para utilização em todas as esferas de governo	(x) Município (x) Estado (x) União

8.1.3 Eixo 3: Gestão do Trabalho:

Item	Avanço
1	Previsão de cofinanciamento estadual flexível para investimento, custeio e recursos humanos a partir da regulamentação do Piso Paranaense da Assistência Social - Lei 17.544/13, Decreto 8543/13

2	Investimento na estruturação dos Escritórios Regionais (espaço físico, veículo, móveis e equipamentos)
3	Elaboração do Plano Estadual de Capacitação do SUAS (PEC), reordenado em 2013 na lógica da Política Nacional de Educação Permanente - Deliberação nº 13/2011 do CEAS - 18.800 vagas em capacitações nas modalidades presencial, semipresencial e educação à distância, atingindo 100% dos municípios paranaenses.
4	Aplicação de recursos dos pisos federais para pagamento de recursos humanos (Resolução CNAS n.º 32/2011);
5	Aumento do número de trabalhadores do SUAS nos municípios paranaenses: De 10.336 em 2010 para 13.576 em 2012

Item	Desafio	Competência
1	Efetivação dos parâmetros da Gestão do Trabalho	(X) Município (X) Estado (X) União
2	Implementação da Política de Capacitação e Educação Permanente	(X) Município (X) Estado (X) União
3	Contratação de equipe de referência por concurso específico p/ área de AS, conforme NOB/RH;	(X) Município (X) Estado (X) União
4	Garantir plano de cargos, carreiras e salários, com definição de piso salarial para os trabalhadores que atuam no SUAS e estabelecer jornada de 30 horas semanais para equipe de referencia	(X) Município (X) Estado (X) União
5	Implantação e implementação das Mesas de Negociação com trabalhadores do SUAS	(X) Município (X) Estado (X) União

8.1.4 Eixo 4: Gestão dos Serviços, Programas e Projetos:

Item	Avanço
1	Expansão Estadual da Rede de CRAS com a construção de novos CRAS para os Municípios do Estado com recursos do Governo do Estado e do Governo Federal.
2	Aprovação da implantação dos Territórios da Juventude para atendimento de adolescentes, jovens e suas famílias, em alguns municípios do Estado, conforme disponibilidade orçamentária e critérios estabelecidos pelo CEAS.
3	Reordenamento dos serviços de acolhimento institucional executados pelo Estado, inclusive com a abertura de um edital de chamamento público para ampliação da rede.
4	Cofinanciamento estadual para o programa viver sem limites e centro dia.
5	Regulamentação e repasse de recursos para as situações de calamidade e emergência.

Item	Desafio	Competência
1	Definir, monitorar, avaliar e aprimorar os padrões de qualidade dos serviços socioassistenciais	(X) Município (X) Estado (X) União
2	Fortalecer o Controle Social, incentivando a participação de todos os segmentos.	(X) Município (X) Estado (X) União
3	Reordenar a rede socioassistencial a partir do vínculo SUAS.	(X) Município (X) Estado (X) União
4	Ampliar a articulação com órgãos de controle e outras Políticas Públicas.	(X) Município (X) Estado (X) União
5	Implantar serviços com abrangência regionalizada	() Município (X) Estado (X) União

8.1.5 Eixo 5: Gestão dos Benefícios no Suas:

Item	Avanço
1	Aprovação da regulamentação dos benefícios eventuais na CIB e no CEAS
2	Previsão de complementação do benefício de transferência de renda
3	Ampliação da cobertura do Cadastro Único

Item	Desafio	Competência
1	Atingir cobertura qualificada das famílias do CadÚnico (com perfil)	(x) Município (x) Estado (x) União
2	Manter os cadastros válidos e atualizados e disponíveis aos demais sistemas em tempo real	(x) Município () Estado (x) União
3	Realizar o acompanhamento das famílias, articulando ações complementares e atuação intersetorial	(x) Município (x) Estado (x) União
4	Revisão dos critérios de acesso ao BPC e PBF	() Município () Estado (x) União

8.1.6 Eixo 6: Regionalização:

Item	Avanço
1	Adesão do Estado para implantação de 2 residências inclusivas
2	Estudo Situacional: Violação de Direitos e Proteção Social Especial no Estado do Paraná que apoia o planejamento para implantação de CREAS regionalizados no Estado, Unidades de Acolhimento de mulheres vítimas de violência, Centros-Dia para idosos e atendimento para pessoas em situação de rua.

3	Ações estratégicas iniciadas em 2011 para a construção do reordenamento do serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, jovens e adultos com deficiência visando a descentralização e regionalização do serviço – Comissão Estadual de reordenamento, diagnóstico social e a abertura de chamamento de interessados em executar o serviço através de uma rede regional de serviços descentralizados sob responsabilidade do Estado
---	--

Item	Desafio	Competência
1	Implantação e implementação dos serviços de proteção social especial de média complexidade em específico dos CREAS regionalizados;	() Município (x) Estado (x) União
2	Implantação e implementação dos consórcios e/ou outras modalidades de efetivação da oferta de serviços de proteção especial de média e alta complexidade entre os municípios conforme estudos e características regionais	(x) Município (x) Estado () União
3	Implantação e implementação dos serviços de proteção social especial de média e alta complexidade para atendimento e acolhimento da população em situação de rua;	(x) Município (x) Estado (x) União
4	Implantação e implementação dos serviços de proteção social especial de alta complexidade para atendimento e acolhimento de mulheres vítimas de violência conforme tipificação;	(x) Município (x) Estado (x) União

9. Propostas da X Conferência Estadual de Assistência Social:

9.1.1 Eixo 1: O Cofinanciamento obrigatório da Assistência Social:

Item	Proposta	Competência
1	Garantir o cofinanciamento Estadual para a concessão de benefícios eventuais ofertados nos municípios conforme critérios deliberados	() Município (x) Estado

	pelos conselhos, sendo o repasse feito por meio de transferência fundo a fundo.	() União
2	Cumprimento dos compromissos firmados no pacto de aprimoramento de gestão do SUAS, garantindo o cofinanciamento tripartite por meio de transferências regulares e automáticas aos fundos municipais de assistência social de todos os municípios, com cobertura de todos os serviços tipificados em funcionamento ou a serem implantados, benefícios e gestão com a possibilidade de execução em despesas de capital desburocratizando os critérios para aplicação dos recursos de cofinanciamento, e estabelecendo, na legislação, a obrigatoriedade de corrigir anualmente e de acordo com o índice oficial da inflação, os recursos disponibilizados aos municípios para cofinanciamento da política de assistência social, bem como para a construção, ampliação e reforma de unidades.	(x) Município (x) Estado (x) União
3	Garantir e ampliar o cofinanciamento federal e estadual para a proteção social especial de média e alta complexidade, independentemente do porte de município, respeitando a demanda municipal ou regional existente, para a implantação de novos serviços, manutenção dos serviços já existentes e ainda no que diz respeito à necessidade de construir e equipar novas unidades.	() Município (x) Estado (x) União
4	Aprovação de emenda constitucional que vise garantir um percentual de no mínimo 6% das receitas correntes líquidas das três esferas de governo para aplicação no fundo de assistência social.	(x) Município (x) Estado (x) União
5	Buscar a relativização da política de assistência social em relação ao limite de gastos com pessoal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de não comprometer a possibilidade de atendimento à população em seus direitos socioassistenciais pela insuficiência de quadros efetivos para esta política.	() Município () Estado (x) União

9.1.2. Eixo 2: Gestão do Suas: Vigilância Socioassistencial, Processos de Planejamento, Monitoramento e Avaliação:

Item	Proposta	Competência
1	Ampliar o acesso aos sistemas de informação existentes, unificando os mesmos a fim de instituir um sistema informatizado e padronizado para utilização nas três esferas de governo para melhoria do registro dos atendimentos realizados nos serviços de proteção social básica e especial para o monitoramento das informações, realizando capacitações constantes para os seus operadores, para que os mesmos consigam filtrar as informações necessárias para a vigilância socioassistencial.	(x) Município (x) Estado (x) União
2	Implantar o setor de vigilância socioassistencial no Estado e nos municípios, com equipe multidisciplinar específica composta por profissionais efetivos e qualificados para execução de diagnósticos, planejamento, monitoramento e avaliação, com cofinanciamento das três esferas de governo	(x) Município (x) Estado (x) União
3	Aprimorar a gestão estadual, fortalecendo o processo de assessoria, monitoramento e avaliação da política, bem como ampliar o quadro de recursos humanos efetivos no órgão gestor estadual para o desenvolvimento de ações de assessoria aos municípios para o processo de efetivação da gestão do SUAS.	() Município (x) Estado () União
4	Reformular os instrumentos de gestão da assistência social disponibilizados pelas esferas estadual e federal, incluindo como opção a descrição dos serviços ofertados e a demanda atendida através da proteção social especial mesmo que o município não disponha de CREAS.	() Município (x) Estado (x) União
5	Incentivar a participação popular para formulação e monitoramento dos serviços, programas e projetos na área de assistência social conforme a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, atuando junto aos conselhos municipais de assistência social bem	(x) Município (x) Estado (x) União

	<p>como em articulação com as demais instâncias de controle como ministério público, tribunal de contas, poder legislativo, ouvidorias e controladorias, garantindo assim maior qualidade nas ações e na articulação com as demais políticas públicas, bem como, acesso as informações.</p>	
--	---	--

9.1.3. Eixo 3: Gestão do Trabalho:

Item	Proposta	Competência
1	<p>Implantar ou reestruturar os plano de cargos, carreiras e salários para os profissionais do SUAS, conforme resoluções do CNAS e Norma Operacional Básica, contemplando os níveis fundamental, médio e superior e que se leve em consideração a obrigatoriedade de concurso público específico para a área de AS para a contratação de trabalhadores, contemplando jornada máxima de acordo com a legislação específica de cada categoria profissional, piso isonômico de acordo com o nível de escolaridade, estabelecendo um adicional de responsabilidade técnica e adicional de nível de complexidade para desempenho das funções, estabelecendo um prazo de 2 anos para esta implantação ou reestruturação do plano.</p>	<p>(X) Município (X) Estado (X) União</p>
2	<p>Cumprimento do pacto de aprimoramento de gestão, garantindo a efetivação do plano de educação permanente para os trabalhadores do SUAS, objetivando a capacitação continuada destes profissionais, com carga horária compatível e com o cofinanciamento das três esferas de governo, visando o avanço na carreira, o aprimoramento do trabalho e a melhoria da qualidade no atendimento aos usuários, garantindo a participação de todos os trabalhadores governamentais e não governamentais, bem como facilitar o acesso destes trabalhadores nos programas de especialização, mestrado e doutorado, segundo as diretrizes do plano nacional de capacitação</p>	<p>(X) Município (X) Estado (X) União</p>

3	Implantar equipes de Gestão do Trabalho e Educação Permanente no âmbito municipal, estadual e da União, sendo que para os municípios de pequeno porte 1 e 2, poderão ser através de consórcio.	(X) Município (X) Estado (X) União
4	Rearticulação e fortalecimento dos FOREAS, FETSUAS e FOMTSUAS e Fóruns Regionais de Trabalhadores, enquanto espaços políticos e de aprimoramento dos conhecimentos técnicos, troca de saberes e ampliação do controle social.	X) Município (X) Estado () União
5	Garantir que o cofinanciamento estadual possibilite o pagamento de pessoal nos mesmos termos que já ocorre com o cofinanciamento federal.	() Município (X) Estado () União

9.1.4. Eixo 4: Gestão dos Serviços, Programas e Projetos:

Item	Proposta	Competência
1	Expandir a rede de Unidades de CRAS, conforme o número de famílias referenciadas, reformar as unidades já existentes, conforme padrão proposto pelo MDS, garantindo a qualidade dos serviços, programas e projetos de Proteção Social Básica, aprimorando os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.	(x) Município (x) Estado (x) União
2	Fomentar a implantação e implementação dos serviços socioassistenciais tipificados, em todos os municípios, garantindo a cobertura das regiões rurais e a interface com as ações de inclusão produtiva, nos moldes do ACESSUAS/TRABALHO, considerando as especificidades do território e a potencialidade de cada usuário.	(x) Município (x) Estado (x) União
3	Reordenar, Implantar e/ou ampliar os serviços da proteção social especial de alta complexidade com foco no acolhimento institucional e outras modalidades de idosos, pessoas com deficiência, mulheres vítimas de violência e população em situação de rua, com o cofinanciamento das três esferas de governo.	(x) Município (x) Estado (x) União
4	Viabilizar a implantação de centros dia para idosos e pessoas com	(x) Município (x) Estado (x) União

	deficiência nos municípios, garantindo o direito ao convívio familiar e comunitário, com atendimento e acompanhamento multidisciplinar.	
--	---	--

9.1.5. Eixo 5: Eixo 5: Gestão dos Benefícios no Suas:

Item	Proposta	Competência
1	Ampliação do critério de renda familiar per capita dos benefícios do Programa Bolsa Família, passando para 30% do salário mínimo.	() Município () Estado (x) União
2	Revisar o Benefício de Prestação Continuada com a redução da idade de concessão para 60 anos, excluindo outros benefícios assistências no cálculo da renda, podendo ser concedido para pessoas com doenças crônicas e degenerativas.	() Município () Estado (x) União
3	Estabelecer valor mínimo que possa ser utilizado como pecúnia, por período determinado e conforme pactuado com a equipe de referência, e deliberados pelos conselhos de assistência social atendendo ao critério do que está posto no decreto 6.307/2006, dando atenção, sobretudo aos usuários que estão sendo acompanhados pela alta complexidade e que apresentam vulnerabilidade econômica para responder as demandas básicas de sobrevivência, garantindo que seja contemplado este valor no planejamento orçamentário dos entes federados.	(x) Município (x) Estado (x) União
4	Estabelecer o período máximo de 2 anos para a regulamentação dos benefícios eventuais a nível municipal, contando a partir da validação da plenária da 10ª Conferência Nacional da Assistência Social.	() Município (x) Estado (x) União
5	Não haja impedimento para que o tutor de beneficiário do BPC deficiente contribua com a previdência.	() Município () Estado (x) União

9.1.6. Eixo 6: Regionalização:

Item	Proposta	Competência
1	Identificar para os serviços regionalizados os instrumentos de formalização, operacionalização, execução e financiamento mais adequados as regiões e aos serviços.	(x) Município (x) Estado (x) União
2	Implantar CREAS regionalizados, garantindo a cobertura do atendimento aos indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social e com direitos violados, com co-financiamento dos três entes federados.	(x) Município (x) Estado (x) União
3	Implantar e implementar serviços regionalizados de acolhimento institucional e familiar, mediante a formalização de repasse de recursos, fomentando a realização de consórcios intermunicipais, com o co-financiamento das três esferas de governo, a partir de estudos situacionais.	(x) Município (x) Estado (x) União
4	Implantar programa de residência inclusiva de caráter regionalizado para atendimento de pessoas com deficiência, com manutenção pelo governo do Estado, garantido o cofinanciamento federal.	() Município (x) Estado (x) União



10. Relação de delegados eleitos e referendados para a IX Conferência Nacional de Assistência Social:

Corbélia	VALDIRENE MIDDING STEFANELLO	Suplente	Governamental	6.678.537-8 / 643.677.899-34	N
Cascavel	VERA LUCIA CLIVATTI MARTINS	Titular	Governamental	1.502.494-1 / 841.563.259-20	N
Céu Azul	ROSILENE DOS SANTOS	Titular	Usuário	7.393.208-4 / 009.348.499-27	N
Cascavel	RODRIGO SOARES GALVÃO	Titular	Trabalhador	12.497.202-7 / 076.496.489-58	N
Céu Azul	ADRIANA PICAZELWICZ	Suplente	Trabalhador	9.277.619-3 / 053.222.499-27	N
Região de Campo Mourão					
LUIZIANA	SANDRA MARA BERNINI	Titular	Governamental	2.142.389 / 541.350.609-00	N
ALTAMIRA DO PARANÁ	GIACOMINA TEREZINHA DE PARIS	Suplente	Governamental	7R/1891.510 / 675.245.089-72	N
FÊNIX	LUCIANA JOSELIA MICOLAJUNAS	Titular	Governamental	7.540.700-9 / 030994.069-96	N

PEABIRU	ISABEL CRISTINA CARLOS	Suplente	Governamental	3.905.887-1/ 569.308.019-68	N
ENGENHEIRO BELTRÃO	MARCOS ALEXANDRE DE CARVALHO	Titular	Governamental	8.262.667-0 / 037.696.069-81	N
CAMPO MOURÃO	JOÃO MARIA FERRARI CHAGAS	Titular	Entidade	3.941.783-9 / 531.203.459-20	Sim, precisa de acompanhante.
RANCHO ALEGRE D'OESTE	LEVINA MARTINS GARCIA	Titular	Usuário	50.657.591-3/ 774.534.849-87	N
CAMPO MOURÃO	VIVIAN MAGALHÃES DA ROSA	Titular	Trabalhador	4.596.897-9 / 838.690.269-87	N
Região Cianorte					
Terra Boa	Maria de Lourdes Brandão Jacinto	Titular	Governamental	4.138.617-7 / 641.749.569-87	N
Cianorte	Daniely Cristiane Resina Ferreira	Suplente	Governamental	9.965.151-2 / 063.747.039-79	N
Jussara	Marilda Teixeira Gabriel Arjona	Titular	Entidade Prestadora de Serviço	4.259.704-0 / 005.613.789-32	N
Cianorte	Maria Cristina Bertoli Pires	Suplente	Entidade Prestadora de Serviço	5.889.393-5 / 033.772.819-40	N

Região Cornélio Procópio					
Nova Fátima	Dorinês Miranda	Titular	Entidade Prestadora de Serviço	5.979.973-8 / 028.170.849-50	N
Santa Mariana	Antonio Sebastião Moreira	Suplente	Entidade Prestadora de Serviço	2.249.769-3 / 326.451.049-91	N
Uraí	Maria Augusta de Araújo Gambini	Titular	Governamental	6.880.381-0 / 565.850.639-53	SIM
Abatiá	Simone Claubeli Maciel	Titular	Governamental	6.073254-0 / 899.197.189-04	N
Congonhinhas	Tayna Fernandes Reis Pio	Titular	Trabalhador do Setor	8.104.957-2 / 038.154.619-52	N
Cornélio Procópio	Maria de Fátima Faria	Titular	Usuário	6.545.545-5 / 078.752.769-34	N
Rancho Alegre	Virginia Costa Leodoro	Suplente	Usuário	1.204.291 / 455.853.509-00	N
Região Curitiba					

Tunas do Paraná	Roberta de Paula Ferreira	Titular	Governamental	9.834.471-3 / 059.951.129-02	N
Balsa Nova	Cleverson Prestes da Silva	Suplente	Governamental	6.599.473-9 / 018.772.889-50	Sim (não necessita de serviços especiais)
Piraquara	Cristina Maria Rizzi Galerani	Titular	Governamental	4.710.364-9 / 747.079.579-00	N
Quitandinha	Neiva Aparecida Bonapace	Suplente	Governamental	3.923.929-0 / 517.885.869-72	N
Itaperuçu	Rubiene de Fátima Costa	Titular	Governamental	4.924.809-1 / 782.975.169-20	N
Fazenda Rio Grande	Elizabeth Mara Duarte Fernandes	Suplente	Governamental	3.500.041-0 / 510.306.409-04	N
Almirante Tamandaré	José Luiz dos Santos Gomes	Titular	Governamental	6.644.105-9 / 022.956.669-37	N
São José dos Pinhais	Melina Gomes Madureira	Suplente	Governamental	7.733.522-6 / 052.560.179-18	N
Campo Largo	Fernanda Bathke	Titular	Governamental	9.729.717-9 / 034.811.429-00	N
Curitiba	Daraci Rosa dos Santos	Titular	Governamental	4.198.780-4 / 698.368.689-68	N
Curitiba	Silvana Fatima de	Suplente	Governamental	5.864.714-4 /	N

	Freitas			856.993.309-68	
São José dos Pinhais	Irineu Guimarães	Titular	Usuário	3.038.498-9 / 628.887.819-92	N
Curitiba	Ariane de Cassia Ferraz	Titular	Usuário	7.271.981-6 / 836.356.299-87	N
Curitiba	Jakeline Silvestre Fascina Vitor	Titular	Trabalhador	8.774.147-8 / 035.633.399-02	N
Almirante Tamandaré	Juliane Andrade da Silva Ferreira	Suplente	Trabalhador	8.300.099-6 / 045.058.369-40	N
Araucária	Marcio Araújo Busato	Titular	Trabalhador	4.596.019-6 / 844.108.849-72	N
Curitiba	Zeila Plath Q da Silva	Suplente	Trabalhador	7.663.886-1 / 031.193.269-09	N
Curitiba	Augusto Luiz de Lima	Titular	Entidade	7.883.212-6 / 033.788.009-33	N
São José dos Pinhais	Cleonice Santos	Titular	Entidade	1.373.432 / 201.348.009-15	N
Campina Grande do Sul	Norma Lurdes Rodrigues	Suplente	Entidade	3.679.758-8 / 996.348.729-72	N

Região Francisco Beltrão					
Francisco Beltrão	Cristina Begnini	Titular	Governamental	8.104.134-2 / 035.538.839-10	N
Flor da Serra do Sul	Ivonete R. Zanella	Suplente	Governamental	4.030.154-2 / 762.863.989-53	N
Cruzeiro do Iguaçu	Fabiane Natalina Marostica	Titular	Governamental	7.620.806-9 / 034.443.199-16	N
Bela Vista da Caroba	Ionara de Fatima Karas Levandoski	Suplente	Governamental	7.060.543-0 / 040.150.279-14	N
Francisco Beltrão	Claudinéia Lunkes Cremonese	Titular	Governamental	3.752.113-2 / 841.446.709-10	N
Nova Prata do Iguaçu	Marlene Coan	Suplente	Governamental	3.563.907-1 / 589.117.319-00	N
Vere	Simone Cecagno	Titular	Trabalhador do Setor	6.470.643-8 / 037.080.799-57	N
Manfrinópolis	Sonia Reichert	Suplente		8.248.812-0 / 052.063.629-56	N
Boa Esperança do Iguaçu	Nadir Romansilda Dreves	Titular	Usuário	3.095.635-4 / 015.207.959-98	N
Planalto	Marcia R.Thomas	Suplente	Usuário	8.798.722-1 /	N

				060.985.189-63	
Santa Izabel do Oeste	Marlene Cichocki da Silva	Titular	Entidade	4.496.045-1 / 628.085.839-15	N
Capanema	Liane Pasquali	Suplente	Entidade	5.479.806-7 / 799.509.229-68	N
Região Foz do Iguaçu					
Foz do Iguaçu	Edinalva Severo	Titular	Governamental	5.074.101-0 / 723.977.729-49	N
Santa Helena	Cleci Somavila	Suplente	Governamental	4.006.604-7 / 557.216.569-72	N
Serranópolis do Iguaçu	Vera Lopes V. Da Silva	Titular	Governamental	4.237.889-5 / 829.279.959-15	N
Medianeira	Cheile Kátia da Silva de Oliveira	Suplente	Governamental	7.903.466-5 / 049.792.559-14	N
Santa Terezinha do Itaipu	Terezinha Nery dos Santos	Titular	Entidade	3.603.207-3 / 869.684.329-00	N
São Miguel do Iguaçu	Patricia dos Santos Fonseca	Suplente	Entidade	4.468.179-8 / 038.699.919-84	N
Foz do Iguaçu	Vera Lúcia Beltramin	Titular	Trabalhador	3.305.888-8 / 475.178.919-87	N

Região de Guarapuava					
Foz do Jordão	Argemiro Ferro	Titular	Usuário	100.233.978-4 / 042.096.210-72	N
Turvo	Grasiele Hack de Almeida	Titular	Governamental	8.121.674-6 / 035.281.089-08	N
Região Irati					
Irati	Denis Cesar Musial	Titular	Governamental	10.077.599-9 / 071.577829-36	N
Imbituva	Adriane do Rocio Kobilarz	Suplente	Governamental	6.789.145-7 / 017.951759-74	N
Inácio Martins	Suelen G. Pedroso	Titular	Trabalhador do Setor	9.206.260-0 / 041.986.599-31	N
Região Ivaiporã					
Lidianópolis	Cacilda Gomes de Lima	Titular	Usuário	8.206.712-4 / 372.820.429-34	N
São João do Ivaí	Fabiana Suemi Miura Horikawa	Titular	Governamental	4.860.925-2 / 054.401.839-73	N
Faxinal	Ney Lopes	Suplente	Governamental	4.140.440-0 / 289.165.731-49	N

Ivaiporã	Gertrudes Bernady	Titular	Governamental	3.714.254-9 / 500.464.389-04	N
Borrazópolis	Natália Duarte Vettor	Suplente	Governamental	7.363.900-0 / 045.832.109-57	N
Lunardelli	Maria Aparecida Brosso Carvalho	Titular	Usuário	1.507.570-8 / 700.182.609.00	N
Região de Laranjeiras do Sul					
Laranjeiras do Sul	Leocádia Aparecida de Siqueira Levandosqui	Titular	Governamental	5.603.947-3 / 882.321.909-49	N
Laranjeiras do Sul	Janete dos Santos Ramos	Suplente	Governamental	8.400.961-0 / 035.382.469-04	N
Rio Bonito do Iguaçu	Luciano Gomes	Titular	Trabalhador	8.407.353-9 / 008.485.519-31	N
Marquinho	Gomercindo Roberto	Suplente	Trabalhador	8.359.213-3 / 025.175.989-08	N
Região de Londrina					
IBIPORÃ	ANA CLÁUDIA VIEIRA MARTINS	Titular	Governamental	4.528.670-3 / 648.904.909-06	N
SERTANÓPOLIS	ALESSANDRA APARECIDA SILVA	Suplente	Governamental	7.597.913-4 / 041.225.229-51	N
LONDRINA	TELCIA LAMONICA DE AZEVEDO OLIVEIRA	Titular	Governamental	4.747.940-1 / 858.761.869-53	N

LONDRINA	JANE LUCIANE MARINHO ELÓIS	Suplente	Governamental	6.948.124-8 / 511.198.549-20	N
ROLÂNDIA	ROZIMARI PODANOSCHI VERONEZ	Titular	Governamental	3.989.970-1 / 601.813.709-72	N
LONDRINA	NIVIA MARIA POLEZER	Suplente	Governamental	4.208.296-1 / 630.916.079-68	N
IBIPORÃ	FRANCIELI DE ALCANTARA RIBEIRA	Titular	Usuário	8.153.984-7 / 037.346.809-13	N
LONDRINA	CARLOS DA SILVA	Suplente	Usuário	3.583.176-0 / 306.720.589-87	N
LONDRINA	VALÉRIA MENDONÇA BARREIROS	Titular	Trabalhador	2.235.004-8 / 174.233.738-42	N
ROLÂNDIA	SIMONE CRISTINA CARVALHO LIMA	Suplente	Trabalhador	3.502.987-7 / 694.095.019-20	N
ROLÂNDIA	MICHELE DA SILVA PEREIRA	Titular	Entidade	8.850.658-8 / 057.183.499-08	N
LONDRINA	MARCIA GONÇALVES VALIM PAIVA	Suplente	Entidade	5.020.741-2 / 685.792.769-34	N

Região de Maringá

Sarandi	Laíde Aparecida Cezário Alvarez da Silva	Titular	Governamental	6.528.296-8 / 930.196.109-15	N
Ângulo	Ana Rosa Romero Laureano	Suplente	Governamental	5.038.875-1 / 914.504.979-34	N
Ourizona	Terezinha Correa Maciel Barbosa	Titular	Governamental	1.662.375 / 350.480.859-49	N
Itambé	Eliandra Calegario da Silva	Suplente	Governamental	9.948.306-7 / 053.656.389.64	N
Iguaraçu	Joanie Salles Campos Marques	Titular	Governamental	30.105.487-3 / 306.127.838-98	N
São Jorge do Ivaí	Raquel Contim Damázio	Titular	Governamental	1.757.016-1 / 350.047.389-04	N
Maringá	Flávio M. Gonçalves Vicente	Titular	Governamental	929.627 / 894.079.899-68	N
Maringá	Ivanete Tramarim Pitarelli	Suplente	Governamental	4.561.145-0 / 713.733.499-72	N

Itaguajé	Daniella Patrícia Pereira de Souza	Tiitular	Trabalhador	6.216.028-4 / 304.675.078-13	N
Maringá	Elza M. S. Mariucci	Suplente	Trabalhador	3.794.368-1 / 014.345.299-16	N
Paiçandu	Alzira Massako G. Teruya	Titular	Entidade	27.392.687-1 / 327.068.639-00	N
Astorga	Dineuza Almeida Gazola	Suplente	Entidade	490.858 / 617.485.799-91	N
Maringá	Rubens Marcon	Titular	Entidade	1.157.002-0 / 205.260.329-87	N
Cambé	Raquel Pedro da Silva	Titular	Usuário	040.206.799-16	
Munhos de Mello	Emilia Lopes da Silva	Titular	Usuário	1.244.381-7 / 055.967.288-88	N
Região Jacarezinho					
Jaboti	Vívia Apda Silva Ogg	Titular	Governamental	8.247.651-2 / 008.754.179-30	N
Joaquim Távora	Rafael Candeloro Campoi	Titular	Governamental	7.886.986-0 / 046.172.719-61	N
Carlópolis	Carolina Pereira de	Titular	Governamental	9.892.303-9 /	N

	Carvalho			058.968.579-18	
Wenceslau Braz	Emília Vella Falleiros Neta	Titular	Trabalhador	8.118.708-8 / 038.532.139-28	N
Ribeirão Claro	Ivânia Nogueira Barbuio	Titular	Entidade	3.555.560-9 / 487.661.519-53	N
Siqueira Campos	Marina Lívia de Souza	Titular	Entidade	7.535.027-9 / 035.456.589-37	N
Wenceslau Braz	Geralda Aparecida da Silva	Titular	Usuário	6.576.004-5 / 979.964.839-49	N
Siqueira Campos	Ageu Costa Moreira	Suplente	Usuário	5.287.837-3 / 453.702.069-53	N
Região Pato Branco					
São João	Ana Paula Moreira	Titular	Trabalhador do Setor	7.120.596-7 / 034.985.299-51	N
Sulina	Luciana Beatriz Bom	Suplente	Trabalhador do Setor	4.626.462-0 / 007.737.219-08	N
Pato Branco	Flavio Cesar Birnkman	Titular	Entidade	3.698.581 / 025.849.659-25	N

Saudade do Iguaçu	Willian Cemin	Titular	Governamental	9.700.191-0 / 082.316.129-39	N
Vitorino	Fernanda Tomassoni	Suplente	Governamental	10.058.662-2 / 061.560.179-09	N
Mariópolis	Dayane R. De Oliveira Pereira	Titular	Governamental	34.156.480-1 / 348.048.808-01	N
Região Paranaguá					
Pinhais	Gizele Filius	Titular	Governamental	018.781.029-07	N
Matinhos	Laudicéia Saraiva Ferreira	Titular	Trabalhador do Setor	3.190.470-6 / 504.258.469-20	N
Matinhos	Andréia Gomes Santos	Suplente	Trabalhador do Setor	7.031.806-7 / 020.636.029-05	N
Região de Paranavaí					
Terra Rica	João Batista Borges	Titular	Governamental	4.542.385-9 / 571.275.229-87	N
Paranavaí	Rosana Maria Marques Freitas	Suplente	Governamental	3.084.056-9 / 556.267.939-68	N

Guairaçá	Isabel de Oliveira Maia Certaro	Titular	Governamental	4.735.218-5 / 742.815.699-87	N
Paranacity	Fabrcia Alves Pregidio	Titular	Governamental	8.727.292..3 / 038.188.229-21	N
Mirador	Simone Leite Nascimento	Titular	Governamental	8.980.018-8 / 058.257.169-39	N
Cruzeiro do Sul	Valdecir Raimundo	Titular	Entidade	4.418.659-4 / 550.207.129-49	N
Inajá	Alezangela Elias Martins Silva	Suplente	Entidade	6.441.174-8 / 029.380.449-41	N
Amaporã	Vilma Aparecida Ferreira	Titular	Usuário	4.687.453-6 / 617.861.289-34	N
Paranavaí	Hellen Patrícia Zaine	Titular	Trabalhador	038.377.319-95	N
Região Ponta Grossa					
Imbaú	Lis Fátima Schimiguel	Titular	Trabalhador do Setor	9.612.607-7 / 057.342.299-03	N
Carambeí	Genessi Garcia Kmieck	Titular	Usuário	1.476.618-9 / 373.147.189-20	N
Castro	Marcos Bugila	Titular	Entidades	9.236.780-0 / 053.764.349-40	N

Reserva	Tiago Parra Correia	Titular	Governamental	7.748.133-8 / 037.162.589-03	N
Castro	Marinez Kreling	Suplente	Governamental	1.378.702-6 / 337.294.419-49	N
Telêmaco Borba	Susana Natel	Titular	Governamental	2.047.785-7 / 604.132.989-49	N
Arapoti	Osicleia M. Carneiro	Titular	Governamental	5.705.021-7 / 803.338.189-20	N
Região de Pitanga					
Laranjal	Luciano José Lentski	Titular	Governamental	7.049.304-7 / 031.283.789-59	N
Pitanga	Débora Rickli Fiuza	Suplente	Governamental	8.415.224-2 / 059.188.839-40	N
Cândido de Abreu	Marcela Cristina Diula	Titular	Usuário	7.594.239-7 / 044.344.879-57	N
Manoel Ribas	Rosmar da Silva Vieira	Suplente	Usuário	10.124.757-0 / 061.433.459-45	N
Região Umuarama					
Alto Paraíso	Lúcia Maldonado	Titular	Entidade	6.816.300-5 / 025.510.629-77	N
Esperança Nova	Márcia dos Santos Giroto	Titular	Trabalhador do Setor	8.447.713-3 / 042.786.169-10	N

Tapira	Camila de Souza Silva	Suplente	Trabalhador do Setor	10.532.022-1 / 072.445.059-90	N
Umuarama	Genuíno Venceslau Pinto	Titular	Usuário	8.258.220-8 / 576.893.348-49	N
Ivaté	Wanda Carvalho	Suplente	Usuário	3.115.229-1 / 331.435.109-78	sim
Umuarama	Caroline Oliveira Bagli	Titular	Governamental	43.902.194-7 / 332.536.808-51	N
São Jorge do Patrocínio	Hytogame Rosa Porfírio	Suplente	Governamental	2.000001038049 / 012.251.374-62	N
Nova Olímpia	Cleuza Peron	Titular	Governamental	4.303.336-0 / 734.982.209-00	N
Maria Helena	Géssica Kauane Zampronio	Suplente	Governamental	10.065.846-1 / 072.057.649-04	N
Região União da Vitória					

Cruz Machado	Michele Buchen Schorr	Titular	Governamental	4.581.038 / 039.698.639-02	N
União da Vitória	Liamar Aparecida da Silva	Suplente	Governamental	4.229.426.8 / 539.831.229-49	N
Bituruna	Regina Célia Kramer	Titular	Entidade	6.482.360-4 / 028.662.469-93	N
Região de Toledo					
Toledo	Solange Silva dos Santos Fidelis	Titular	Governamental	7.211.061-7 / 018.756.759-06	N
Guaíra	Sheila Juliana da Silva	Suplente	Governamental	6.829.315-4 / 006.977.179-09	N
Jesuítas	Luzinete Ednilva Sachetti	Titular	Governamental	6.156.695-3 / 016.218.399-23	N
Toledo	Antonio Marcos Chagas de Moraes	Titular	Usuário	5.980.727-7 / 854.511.509-15	N
Palotina	Carmen Dunke Nava	Suplente	Usuário	3.856.607-5 / 024.612.119-06	N
Marechal Cândido Rondon	Rafaela Melo Damasceno Couto	Titular	Trabalhador	9.900.972-1 / 044.503.019-43	N
Toledo	Rosemara de Oliveira Costa	Suplente	Trabalhador	9.614.556-0 / 059.060.659-03	N

11. Avaliação da X Conferência Estadual de Assistência Social:

Total de participantes da X Conferência Estadual de Assistência Social: 601 participantes

Total de fichas de avaliação preenchidas: 108

BLOCO I - INFRAESTRUTURA Manifestação de 108 participantes:

Manifestação de todos os participantes					
Itens	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Excelente
1. Local de realização da conferência (facilidade de acesso, segurança etc.)	0	4	7	33	60
2. Qualidade das instalações físicas do local de realização (plenária, salas de grupos e oficinas) no que refere à iluminação, som, acústica, temperatura, mobiliário, acessibilidade etc.	0	4	11	32	56
3. Qualidade do material distribuído nas pastas.	0	3	3	23	75
4. Credenciamento.	0	0	5	22	74
5. Atuação da equipe de	0	5	8	36	52

coordenação (acolhida, solução de problemas etc.).					
6. Qualidade da alimentação oferecida no local do evento.	1	3	1	25	64

BLOCO II - PROGRAMAÇÃO

TRABALHOS EM GRUPO					
Itens	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Excelente
1. Cumprimento do horário da programação	1	11	23	54	11
2. Temas abordados	0	2	8	47	39
3. Tempo destinado ao debate	1	5	20	49	19

BLOCO III - PLENÁRIA FINAL

Itens	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Excelente
1. Cumprimento do horário da programação	2	10	20	48	18
2. Cumprimento do Regimento Interno da Conferência	0	3	9	42	43



3. Carga Horária	1	5	9	21	18
------------------	---	---	---	----	----